



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – FUNSEG

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2025 FUNSEG



**Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça**

Fortaleza, junho de 2026



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – FUNSEG

SUMÁRIO

1	DESCRIÇÃO GERAL	03
2	MISSÃO	06
3	FINALIDADE	06
4	COMPETÊNCIAS	06
5	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
6	AValiação DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL	09
7	INDICADORES DE GESTÃO E DESEMPENHO	40
8	RESULTADOS DO PPA 2025	50
9	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	59
10	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO	62
11	GOVERNANÇA, SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, GESTÃO DE RISCOS E TRANSPARÊNCIA	62



DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1 DESCRIÇÃO GERAL

A partir de determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que por meio da Resolução nº 104/2010 estabeleceu a criação de Fundo de Segurança do Judiciário para dar suporte financeiro à implantação do Plano de Segurança e Assistência aos Juízes colocados em situação de risco em razão da sua atividade jurisdicional, com o fito de garantir a implementação do plano de segurança do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi criado em 4 de maio de 2012, por meio da Lei Estadual nº 15.145, o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG).

O FUNSEG é o órgão gestor de recursos diretamente arrecadados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com as seguintes aplicações:

- I - construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando a proporcionar adequada segurança física e patrimonial aos magistrados;
- II - manutenção dos serviços de segurança;
- III - formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança dos magistrados;
- IV - aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especiais imprescindíveis à segurança dos magistrados;
- V - participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre segurança de autoridades, realizados no Brasil ou no exterior; e
- VI - atividades relativas à sua própria gestão, excetuando-se despesas com os servidores já remunerados pelos cofres públicos.

Suas fontes de receitas são:

- I - de 3 a 6% (três a seis por cento) do produto da arrecadação das custas judiciais, percentual a ser definido em ato da Administração do Tribunal, na forma do art. 9º desta Lei;
- II - créditos consignados no orçamento do Estado e em leis especiais;
- III - doações, contribuições em dinheiro, valores, bem móveis e imóveis, que o FUNSEG venha a receber de organismos ou entidades nacionais e estrangeiras;
- IV - rendimentos de depósitos bancários e outras aplicações financeiras de suas próprias contas;
- V - até 100% (cem por cento) dos rendimentos obtidos a título de *spread* das contas de precatórios judiciais, destinados ao Tribunal de Justiça do Estado (art. 8º- A da Resolução CNJ 115, de 29 de junho de 2010), percentual a ser definido em ato da Administração, inclusive com relação aos saldos já acumulados na data de vigência da Resolução do CNJ 115;
- VI - produtos das multas contratuais, cauções ou depósitos que reverterem a crédito do Poder Judiciário, oriundas das despesas realizadas pelo FUNSEG;



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

VII - receitas provenientes da alienação de bens e materiais inservíveis, adquiridos mediante doação ou com recursos do Fundo;

VIII - 20% (vinte por cento) do produto da utilização do aluguel e instalações dos Fóruns do Poder Judiciário Estadual;

IX - os recursos provenientes das multas por ato atentatório ao exercício da jurisdição, nos termos da legislação processual;

X - outras fontes de financiamento, definidas em lei.

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124 da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores, os titulares dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos, vedada a reeleição. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.

1.2 Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará

De acordo com o artigo 39 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 16.397/2017, alterada pela Lei Estadual nº 17.743/2021), a Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça. A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 129 varas. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais - Família, Cível, Fazenda Pública, Crime, Júri, Execução Fiscal, Crimes Contra a Ordem Tributária, Falência, Registro Público, Delitos de Tráfico de Drogas, Delitos de Organizações Criminosas, Pena Alternativa, Infância e Juventude, Execução Penal e Auditoria Militar, por exemplo, além da Secretaria Judiciária de 1º Grau, criada pela Lei nº16.905/2019, vinculada ao Tribunal de Justiça.

1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Ao todo, são 105 Comarcas Sede e 405 unidades judiciárias instaladas, conforme Perfil do Judiciário - abril de 2026. As Comarcas do Judiciário cearense são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 e pela Lei Estadual nº 12.553, de 27 de dezembro de 1995. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até 40 salários-mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na Comarca de Fortaleza, existem 30 unidades, sendo 20 cíveis, 06 da fazenda - ações até 60 salários-mínimos e 04 criminais, além do Juizado Móvel que funciona na 10ª unidade, que trabalha em casos de acidentes de trânsito. Já no restante do Estado, outras 16 unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais são encontradas nas comarcas de Aracati 01, Caucaia 02, Crateús 01, Crato 01, Icó 01, Iguatu 01, Itapipoca 01, Juazeiro do Norte 02, Maracanaú 01, Quixadá 01, Sobral 02, Tauá 01 e Tianguá 01



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

consoante Perfil do Judiciário - março de 2026.

1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por quatro unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito, sendo duas delas provisórias com vistas a esforço concentrado para redução do acervo processual. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.

2 MISSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2021-2030, aprovado em fevereiro de 2021 pelo Órgão Especial, “garantir direitos para realizar justiça no Ceará”.

3 FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

4 COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões,



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).

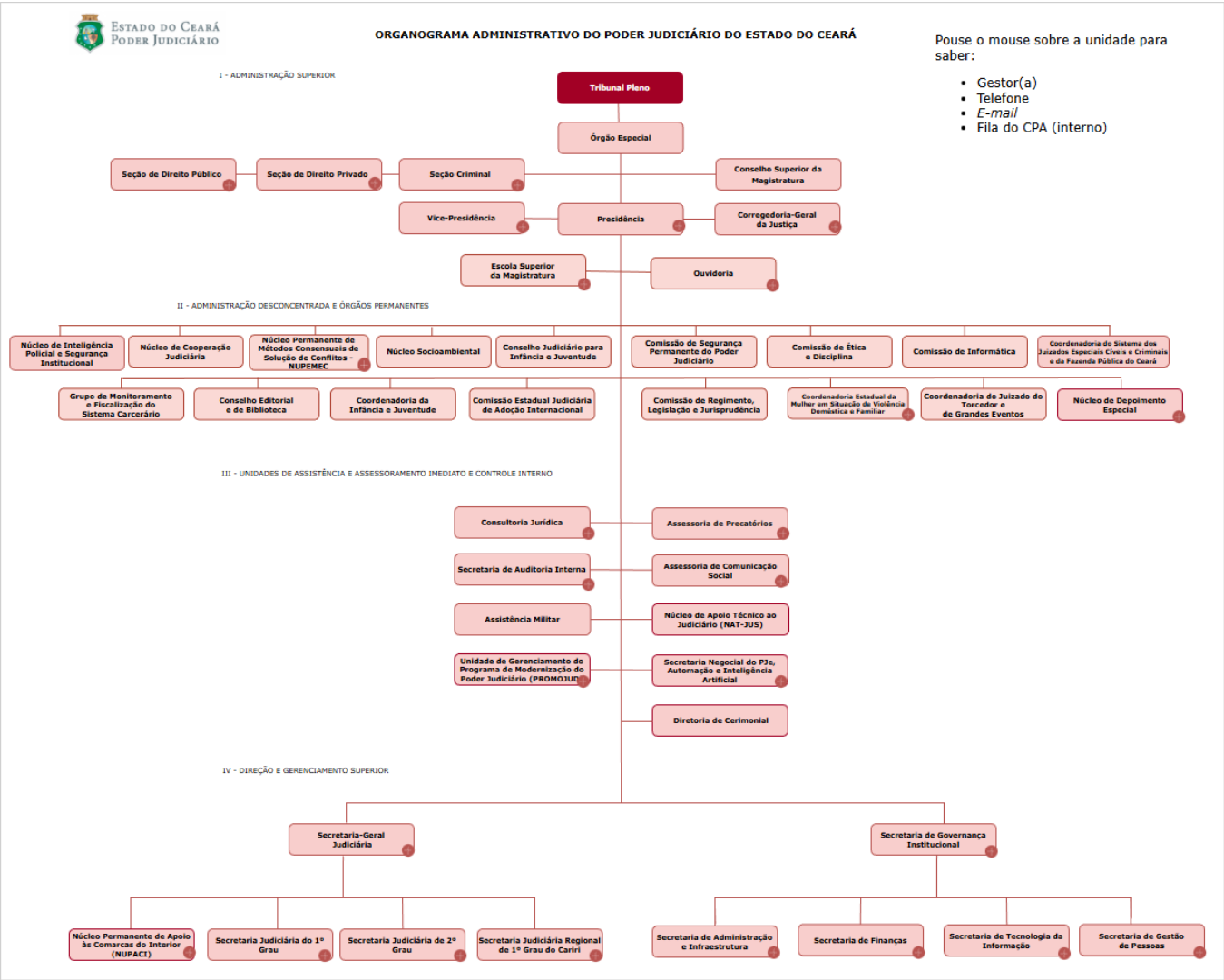


Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional reflete o descrito na Lei Estaduais nº 16.505, de 22 de fevereiro de 2018, alterada pela nº 18.561, de 06 de novembro de 2023 e complementada pelas Resoluções do Pleno do TJCE que versam sobre reestruturações administrativas.

Recomenda-se a visualização do Organograma Administrativo do Poder Judiciário do Estado do Ceará na versão html, no seguinte endereço: https://www.tjce.jus.br/seplag/organogramas/organograma_poder_judiciario_ceara.html
[organograma_poder_judiciario_ceara.html](https://www.tjce.jus.br/seplag/organogramas/organograma_poder_judiciario_ceara.html)



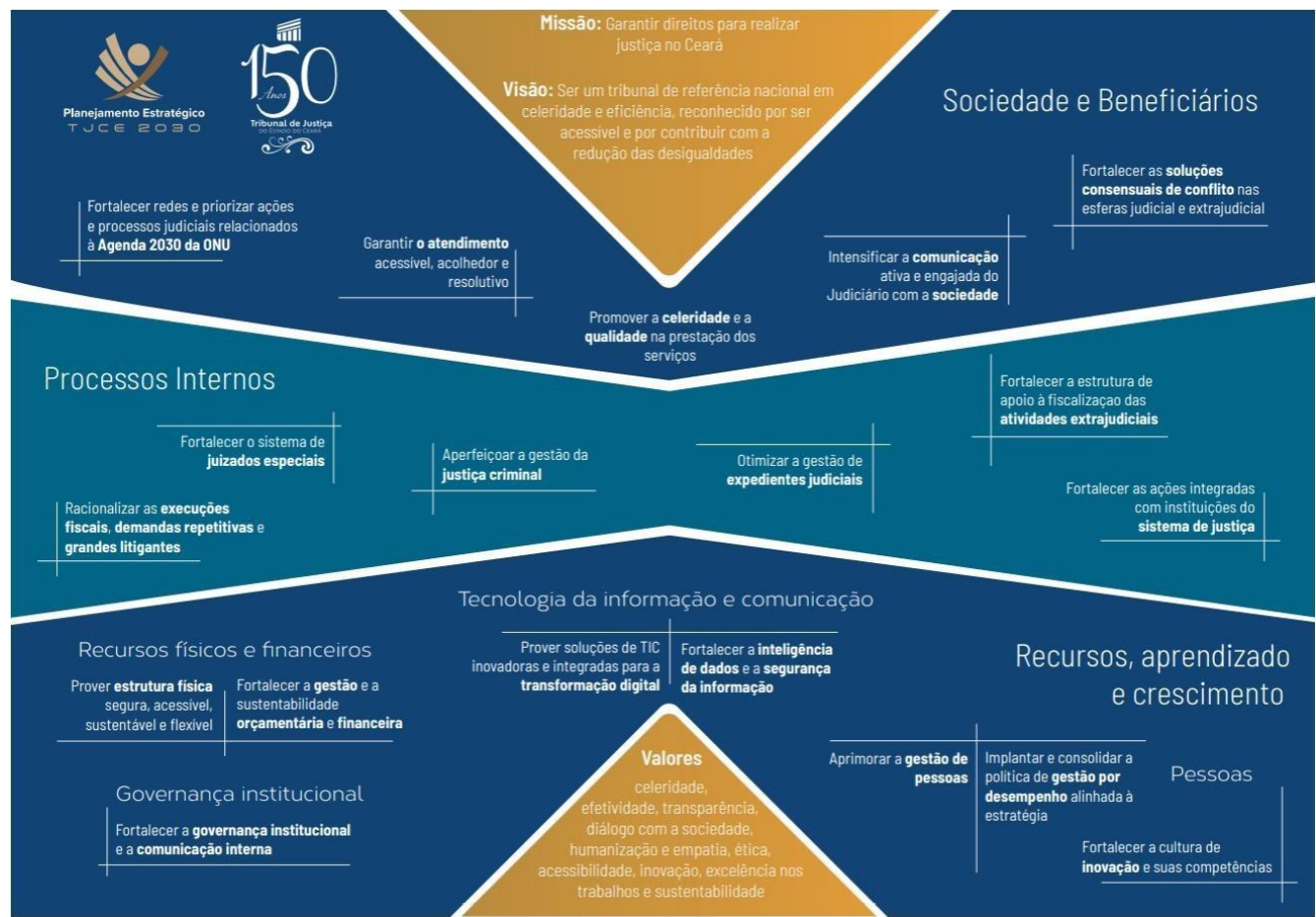


AVALIAÇÃO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O Plano Estratégico do TJCE 2030 foi aprovado pela Resolução do Órgão Especial nº 07, de 18 de fevereiro de 2021. A construção do Plano contou com a realização de 13 (treze) oficinas colaborativas, divididas entre 3 (três) etapas: Diagnóstico e análise organizacional, Formulação Estratégica e Alinhamento Estratégico, as quais contaram com a participação de mais de cinquenta integrantes do Poder Judiciário, dentre eles magistrados de primeiro e segundo grau e servidores, cujas deliberações foram validadas pela presidência e vice-presidência do TJCE, Corregedoria-Geral de Justiça, Escola da Magistratura do Ceará, Juízes Auxiliares e as Secretarias-Gerais Administrativa e Judiciária.

Seguindo a metodologia Balanced Scorecard, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2021-2030 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 19 (dezenove) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Aprendizado e Crescimento; Processos Internos; Sociedade e Beneficiários). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2021-2030 é competência da Secretaria de Governança Institucional do TJCE.

Figura 1 – Mapa estratégico TJCE 2030



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

I - Missão: Garantir direitos para realizar justiça no Ceará.

II - Visão: Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.

III - Valores:

- Celeridade;
- Efetividade;
- Transparência;
- Diálogo com a sociedade;
- Humanização e empatia;
- Ética;
- Acessibilidade;
- Inovação;
- Excelência nos trabalhos; e
- Sustentabilidade.

IV – Objetivos estratégicos distribuídos em três perspectivas:

a) Sociedade e Beneficiários:

1. Fortalecer redes e priorizar ações e processos judiciais relacionados à Agenda 2030 da ONU;
2. Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo;
3. Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços;
4. Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade;
5. Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.

b) Processos Internos:

1. Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes;
2. Fortalecer o sistema de juizados especiais;
3. Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal;
4. Otimizar a gestão de expedientes judiciais;
5. Fortalecer a estrutura de apoio à fiscalização das atividades extrajudiciais;
6. Fortalecer as ações integradas com instituições do sistema de justiça.

c) Recursos, Aprendizado e Crescimento:

1. Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna;
2. Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível;
3. Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira;



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

- 4. Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital;
- 5. Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação;
- 6. Implantar e consolidar a política de gestão por desempenho alinhada à estratégia;
- 7. Fortalecer a cultura de inovação e suas competências;
- 8. Aprimorar a gestão de pessoas.

V - Fichas de Indicadores (Plano Estratégico TJCE 2021 – 2030)

Indicador 01: Posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará entre os tribunais do país						
Visão	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará nos seguintes indicadores de produtividade, conforme resultados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no relatório Justiça em Números: taxa de congestionamento, índice de produtividade por magistrado (IPM), índice de atendimento à demanda (IAD), sentença/magistrado e sentenças por casos novos.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Número de indicadores nos quais o TJCE posicione-se entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	0 (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o quantitativo de 3 indicadores nos quais o TJCE se posicione entre os 3 tribunais estaduais de médio porte com melhor desempenho no país					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	1	1	2	2	3
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 02: Índice de percepção da sociedade com relação à atuação do TJCE						
Visão	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Macrodesafio	Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade					
Descrição do indicador	Mede a percepção do cidadão com relação à atuação do Poder Judiciário do Estado do Ceará, considerando a acessibilidade aos prédios e aos serviços, o atendimento prestado, a qualidade dos serviços, a comunicação com a sociedade, a transparência nas informações e a infraestrutura dos prédios.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados das pesquisas de percepção respondidas.					
Responsável pelos	Secretaria de Governança Institucional					



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

dados						
Linha de base	56,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 74,0% de satisfação da sociedade com relação à atuação do TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	58,0%	62,0%	72,0%	73,0%	74,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 03: Efetividade da Gestão do TJCE						
Objetivo Estratégico	Ser um tribunal de referência nacional em celeridade e eficiência, reconhecido por ser acessível e por contribuir com a redução das desigualdades.					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira					
Descrição do indicador	Mede o custo médio do processo judicial.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(Custo total anual do TJCE deflacionado a preços de 2021/Casos finalizados no ano) Casos finalizados = processos baixados Custo total anual do TJCE deflacionado a preços de 2021 = Total de despesas empenhadas/(1+IPCA acumulado a partir de 2021)					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	R\$ 3.349,00 (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar custo médio do processo judicial de R\$ 2.956,00 (dois mil novecentos e cinquenta e seis reais) até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	R\$ 3.293,00	R\$ 3.281,00	R\$ 3.199,00	R\$ 3.059,00	R\$ 2.956,00
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 04: Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais	
Objetivo Estratégico	Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial.
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
Descrição do indicador	Mede o incremento na quantidade de acordos processuais e pré-processuais homologados no 1º e 2º graus.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	$\frac{[(THPPa-THPPaa)/THPPaa] \times 100}{}$ THPPa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano corrente



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

	THPPaa - Total de homologações de acordos pré-processuais e processuais homologados do ano anterior.					
Responsável pelos dados	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	50.522 acordos processuais e pré-processuais firmados em 2021 8,6% (acréscimo de 2018-2019, período anterior a pandemia)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 50,0% de incremento de acordos processuais e pré processuais em relação ao ano de 2021.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	10,0% (55.574)	20,0% (60.626)	30,0% (65.679)	40,0% (70.731)	50,0 (75.783)
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

Indicador 05: Índice de Composição de Conflito - ICoC	
Objetivo Estratégico	Fortalecer as soluções consensuais de conflito nas esferas judicial e extrajudicial
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
Descrição do indicador	Mede o percentual de uma composição de indicadores que evidenciam os acordos e decisões em cinco diferentes dimensões.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	Calculado pelo CNJ, levando em consideração a média ponderada, por tribunal, nos indicadores dos incisos I a V, previamente padronizados, de forma que o menor valor seja igual a zero e o maior valor igual a um, atribuindo-se peso 3 para os indicadores I e II e peso 1 para os indicadores III a V); I – Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de primeiro grau; II – Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de juizados especiais; III - Total de processos com sentenças e decisões terminativas homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças e decisões terminativas, considerando os processos de conhecimento não criminais de segundo grau; IV – Total de processos com sentenças de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais homologatórias de acordo, em relação ao total de processos com sentenças de execução de títulos executivos extrajudiciais não fiscais; V - Total de processos não criminais com sentenças em execução judicial ou em cumprimento de sentença homologatórias de acordo, em relação ao total de processos não criminais com sentenças em execução judicial ou em cumprimento



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

	de sentença.					
Responsável pelos dado	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos e Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	24,37% (em 2024)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 30,0% no ICoC.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	25%	30%
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

Indicador 06: Taxa de congestionamento						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Pendentes de baixa / (pendentes de baixa + total de baixados)					
Responsável pelos dado	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	70,10% (2020)					
Descrição da Meta	Reduzir, até 2026, a taxa de congestionamento do TJCE, para 56,80%.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	69,93%	68,73%	65,23%	62,63%	59,80%	56,80%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 07: Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos	
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
Descrição do indicador	Mede o tempo médio entre a distribuição do processo de conhecimento e a data-base de cálculo, desconsiderando os suspensos, sobrestados e em arquivo provisório bem como os períodos em que os processos permaneceram em tais situações.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	De acordo com metodologia do indicador de “Tempo médio dos processos pendentes líquidos” do CNJ e parametrização do Datajud
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional
Linha de base	1092 (2023)
Descrição da Meta	Reduzir o tempo médio de julgamento das ações de conhecimento para 700 dias em 2026.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	900	700	700
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral de Justiça					

Indicador 08: Índice de cumprimento das Metas Nacionais						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o grau de cumprimento das Metas Nacionais definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[Somatório (número de metas cumpridas x respectivo peso) / somatório dos pesos] x 100 Sendo: Meta 1 e Meta 2 = peso 2 Demais metas = peso 1					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	50,0% (2022)					
Descrição da Meta	Alcançar 95,0% de cumprimento das metas do CNJ até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	65,0%	95,0%	95,0%	95,0%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 09: Índice de desempenho no prêmio CNJ Qualidade						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o desempenho geral do TJCE no Prêmio CNJ de Qualidade (PCNJQ), considerando todos os eixos de avaliação.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	(Total de pontos obtidos em todos os eixos do PCNJQ/ Total de pontos possíveis em todos os eixos do PCNJQ) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	59,4% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 75,0% de desempenho geral no Prêmio CNJ Qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	60,0%	65,0%	75,0%	75,0%	75,0%



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Gestor das Metas	Presidência
------------------	-------------

Indicador 10: Percentual de unidades certificadas no Programa +Gestão						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o percentual de unidades que obtiveram certificação no programa +Gestão no ciclo (Prata, Ouro, Diamante ou Excelência)					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	nº unidades certificadas no ciclo / nº unidades participantes do ciclo) X 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	70% (2024)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 80% de unidades certificadas no ciclo (Prata, Ouro, Diamante ou Excelência) do Programa +Gestão.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	75%	80%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 11: Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário						
Objetivo Estratégico	Intensificar a comunicação ativa e engajada do Judiciário com a sociedade					
Macrodesafio	Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade					
Descrição do indicador	Mede a satisfação do público externo com a comunicação ativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na seção “comunicação com a sociedade” das pesquisas respondidas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	61,6% (2022)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 74,0% de satisfação da sociedade com relação à comunicação institucional do TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	63,0%	72,0%	73,0%	74,0%
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 12: Índice de satisfação com o atendimento	
Objetivo Estratégico	Garantir o atendimento acessível, acolhedor e resolutivo.
Macrodesafio	Fortalecimento da relação institucional do judiciário com a sociedade
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

	do Poder Judiciário do Estado do Ceará.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos na seção “atendimento” das pesquisas respondidas.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	66,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 84,0% de satisfação da sociedade com relação ao atendimento prestado pelo TJCE.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	68,0%	70,0%	82,0%	83,0%	84,0%
Gestor das Metas	Diretoria Estadual de Atendimento					

Indicador 13: Tempo médio dos processos pendentes de julgamento da classe 1116-Execução Fiscal						
Objetivo Estratégico	Racionalizar as execuções fiscais, demandas repetitivas e grandes litigantes.					
Macrodesafio	Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o tempo médio dos processos pendentes de julgamento (com base na data da primeira distribuição).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Número de dias entre a primeira distribuição e a data de referência / total de processos pendentes de julgamento					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	1.571 (2022)					
Descrição da Meta	Reduzir, até 2026, o tempo médio de processos pendentes de julgamento para 1.280 dias					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	1.492 dias redução -5%	1.418 dias redução -5%	1.347 dias redução -5%	1.282 dias redução -5%
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 14: Índice de participação dos juizados especiais na demanda do Poder Judiciário	
Objetivo Estratégico	Fortalecer o sistema de juizados especiais.
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos
Descrição do indicador	Mede o grau de participação dos processos de conhecimento cível de competência de juizado especial na demanda do Poder Judiciário no 1º grau.
Frequência de medição	Mensal
Como medir	(CnCNCrimJE / CnCNCrimJE + CnCNCrim1º) X 100



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

	Onde: CnCNCrim1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais CnCNCrimJE - Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não Criminais					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	31,6% (2022)					
Descrição da Meta	Aumentar para 35,0% a participação do sistema de juizado na demanda do TJCE, até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	32,0%	33,0%	34,0%	35,0%
Gestor das Metas	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará					

Indicador 15: Tempo médio de julgamento – juizados especiais (competência exclusiva)						
Objetivo Estratégico	Fortalecer o sistema de juizados especiais.					
Macrodesafio	Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos					
Descrição do indicador	Mede a relação entre a quantidade de dias para julgamento dos processos e a quantidade de processos de conhecimento julgados no âmbito dos juizados especiais de competência exclusiva.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Soma da quantidade de dias para julgamento dos processos de conhecimento no período / quantidade de processos de conhecimento julgados no período					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	282 dias (2024)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o quantitativo de 235 dias como resultado para o tempo médio de julgamento no âmbito do sistema de juizados especiais					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	265 dias	235 dias
Gestor das Metas	Coordenadoria do Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e da Fazenda Pública do Ceará					

Indicador 16: Tempo médio de tramitação da ação penal	
Objetivo Estratégico	Aperfeiçoar a gestão da justiça criminal
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Descrição do indicador	Mede Tempo médio dos processos pendentes líquidos, considerando o número de dias decorridos entre o início da ação penal (classes 282, 283, 1033, 1317, 10943, 10944, 11037, 11528) e a data-base de cálculo (último dia do mês de medição).					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	Soma dos dias entre a distribuição e a data base das Ações Penais Pendentes de Baixa / Total de Ações Penais Pendentes de Baixa					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	1.707 (2023)					
Descrição da Meta	Reduzir o tempo médio das ações penais pendentes de baixa para 1.100 dias em 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	1.500	1.300	1.100
Gestor das Metas	Corregedoria-Geral da Justiça					

Indicador 17: Índice de Acessibilidade, segurança e conforto na estrutura física e no mobiliário						
Objetivo Estratégico	Prover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível.					
Macrodesafio	Promoção da sustentabilidade					
Descrição do indicador	Mede o percentual de conformidade da estrutura física e do mobiliário.					
Frequência de medição	Semestral					
Como medir	Média aritmética ponderada dos critérios: atende acessibilidade (peso 2); atende as normas do CBMCE (peso 3); atende à res. 114/2010 CNJ - disponibilidade de espaço (peso 1); melhorias em eficiência energética (peso 1); mobiliário atende à NR17 (peso 1), multiplicado pelo número de varas de cada edificação judicial.					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração e Infraestrutura					
Linha de base	38,08% (2024)					
Descrição da Meta	Aumentar o percentual de conformidade da estrutura física e do mobiliário nas edificações judiciais para 50% até 2026					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	-	45,0%	50,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Administração e Infraestrutura					

Indicador 18: Índice de recursos aplicados em investimentos	
Objetivo Estratégico	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira.
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira
Descrição do indicador	Mede o percentual de recursos próprios do Fermoju, do Funseg e de recursos oriundos de fontes do Tesouro Estadual (excetuando aqueles pagos em folha) bem



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

	como os decorrentes de operação de crédito, aplicados em investimentos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[Total de recursos aplicados (despesas empenhadas) em investimentos / Total de recursos obtidos (LEI+ CRÉDITOS referentes ao custeio de manutenção + investimentos)] x 100 Obs: Com Recursos do Promojud + Investimentos aprovados com saldo do Fermoju					
Responsável pelos dado	Secretaria de Governança Institucional e Secretaria de Finanças					
Linha de base	12,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 23,0% de recursos obtidos no Fermoju, Funseg e Tesouro (exceto despesas pagas em folha) aplicados em investimentos.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	15%	17%	19%	21%	23%
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 19: Índice de incremento da arrecadação corrente						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a gestão e a sustentabilidade orçamentária e financeira.					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira					
Descrição do indicador	Mede o grau de incremento das receitas correntes oriundas do Fermoju, Funseg e Feddoj em relação à arrecadação do ano anterior.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[(Receita corrente arrecadada ano corrente / Receita corrente arrecadada ano anterior) - 1] x100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	R\$ 172.538.120,05 (2021)					
	R\$ 136.468.452,21 (2020)					
	26,4% (incremento de 2021 em relação a 2020)					
Descrição da Meta	Alcançar até 2026, 20,0% de incremento na arrecadação corrente anual em relação ao ano anterior.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0%	10%	10,0%	10,0%	20,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Finanças					

Indicador 20: Índice de governança do Judiciário
--



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária					
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no prêmio CNJ de Qualidade no eixo de governança					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	(Total de pontos concedidos / Total de pontos possíveis) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Governança Institucional					
Linha de base	75,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 95,0% de pontos possíveis no eixo de governança no prêmio CNJ de qualidade.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	77,0%	82,0%	90,0%	90,0%	95,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Governança Institucional					

Indicador 21: Índice de satisfação com a comunicação interna						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a governança institucional e a comunicação interna					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária					
Descrição do indicador	Avalia o nível de satisfação do público interno com a comunicação institucional.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Média dos resultados positivos (avaliações positivas “ótimo” ou “bom”) das pesquisas de satisfação com a comunicação interna respondidas.					
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação Social					
Linha de base	75,9% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, o percentual de 81,0% de satisfação com a comunicação interna.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	76,0%	77,0%	79,0%	80,0%	81,0%
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação Social					

Indicador 22: Percentual de execução do Programa de Modernização do Poder Judiciário	
Objetivo Estratégico	Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital
Macrodesafio	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados
Descrição do indicador	Mede o percentual de progresso financeiro dos produtos contemplados no Programa de Modernização do Poder Judiciário (Promojud).
Frequência de medição	Semestral
Como medir	(Orçamento executado no período / orçamento total do Promojud) x 100
Responsável pelos dados	Unidade de Gerenciamento do Promojud
Linha de base	N/D



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Descrição da Meta	Executar 100,0% do Promojud até 2026.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	21%	36,0% (execução de 15,0% do orçamento no ano)	69,0% (execução de 33,0% do orçamento no ano)	86,0% (execução de 17,0% do orçamento no ano)	100,0% (execução de 12,0% do orçamento no ano)
Gestor das Metas	Unidade de Gerenciamento do Promojud					

Indicador 23: Índice de conformidade com as políticas de segurança de TIC						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a inteligência de dados e a segurança da informação					
Macrodesafio	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados					
Descrição do indicador	Mede o nível de atendimento aos requisitos de segurança de tecnologia da informação e comunicação (TIC) presentes nos normativos correlatos.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{Valor de atendimento da N1} + \text{Valor de atendimento da N2} + \dots + \text{Valor de atendimento da Nn}) / (\text{Somatório do valor máximo de cada norma}) * 100N = \text{normativo de segurança da informação}$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	48,5% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 90,0% de nível de conformidade com as políticas de segurança de TIC.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	50,0%	60,0%	70,0%	80,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 24: iGov-TIC-JUD	
Objetivo Estratégico	Prover soluções de TIC inovadoras e integradas para a transformação digital
Macrodesafio	Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados
Descrição do indicador	Mede o desempenho do TJCE no iGov-TIC-JUD que avalia o nível de maturidade e competência em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 370/2021)
Frequência de medição	Anual
Como medir	Resultado do TJCE no questionário iGov-TICJUD, divulgado anualmente pelo CNJ
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação
Linha de base	92,01% (2023)



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 96,0% no iGov-TIC-JUD.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	-	-	94,0%	90,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 25: Índice de aprimoramento de magistrados						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Macrodesafios	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de magistrados capacitados, em mínimo, 20h de formação em cursos certificados pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	(nº de magistrados que tiveram no mínimo 20h de capacitações credenciadas pela Esmec / nº total de magistrados) x 100					
Responsável pelos dados	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
Linha de base	37,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 52,0% de magistrados capacitados no ano em cursos credenciados pela Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec) com, no mínimo, 20h de formação.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	38,0%	43,0%	44,0%	50,0%	52,0%
Gestor das Metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

Indicador 26: Percentual de servidores capacitados						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Frequência de medição	Bimestral					
Como medir	(Número de servidores capacitados no período / total de servidores) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	16,0% (2021)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 40,0% de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	20,0%	25,0%	30,0%	35,0%	40,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

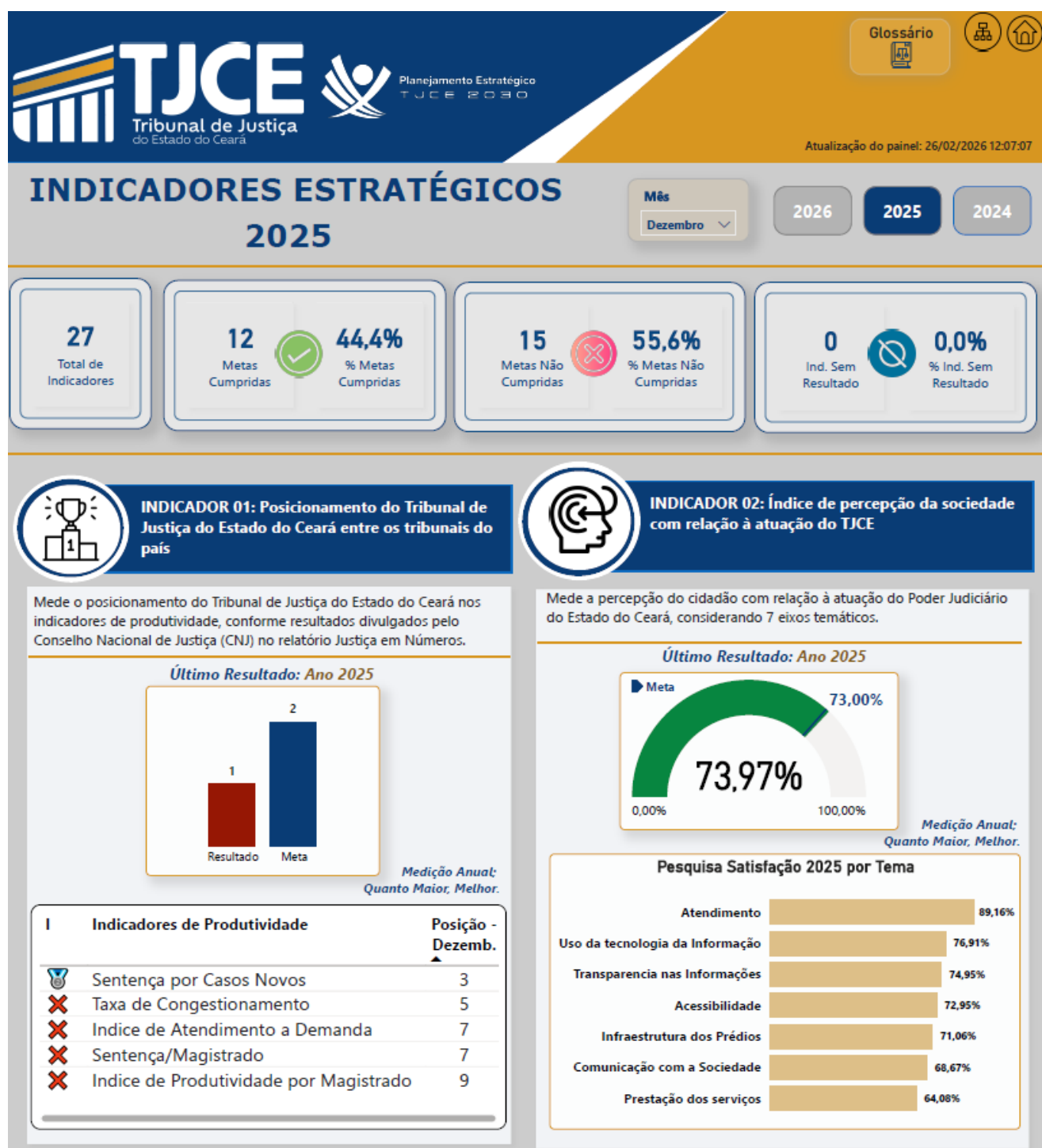


Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Indicador 27: Índice de clima organizacional						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão de pessoas					
Macrodesafio	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional para desenvolvimento dos trabalhos, em pesquisa institucional aplicada.					
Frequência de medição	Bianual					
Como medir	(Número de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada / número total de servidores pesquisados) x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	78,7% (2020)					
Descrição da Meta	Alcançar, até 2026, 87,0% de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional na pesquisa aplicada, dentre servidores pesquisados					
Metas anuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	-	81,0%	-	84,0%	-	87,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

**Indicadores publicados na Portaria nº 914, de 18 de junho de 2025.*

VI - Resultados do Plano Estratégico 2021–2030 (referência dezembro/2025):





Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça



INDICADOR 03: Efetividade da Gestão do TJCE

Mede o custo médio do processo judicial.



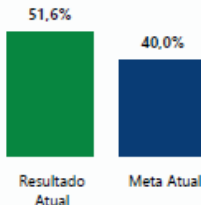
Última Atualização: dezembro/2025

Medição Mensal:
Quanto Menor, Melhor.



INDICADOR 04: Índice de incremento de acordos processuais e pré-processuais

Mede o incremento na quantidade de acordos processuais e pré-processuais homologados no 1º e 2º graus.



76582
Acordos Homologados - Ano Corrente

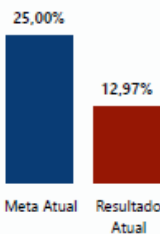
Medição Mensal:
Quanto Maior, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



INDICADOR 05: Índice de Composição de Conflito - ICoC

Mede o percentual de uma composição de indicadores que evidenciam os acordos e decisões em cinco diferentes dimensões.



Medição Mensal:
Quanto Maior, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



INDICADOR 06: Taxa de congestionamento bruta

Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano.



Medição Mensal:
Quanto Menor, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



Indicador 07: Tempo médio de duração dos processos pendentes líquidos

Mede o tempo médio entre a distribuição do processo de conhecimento e a data-base de cálculo.



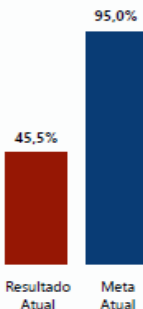
Medição Mensal:
Quanto Menor, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



INDICADOR 08: Índice de cumprimento das Metas Nacionais

Mede o grau de cumprimento das Metas Nacionais definidas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Medição Mensal:
Quanto Maior, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



META 1
Cumprida

100,23%

META 2
Não cumprida

Completo				Antigos			
1º G	2º G	J.E.	T.R.	1º G	2º G	J.E.	T.R.
108,01%	109,09%	103,75%	105,19%	52,36%	75,00%	40,00%	0,00%

META 3
Não cumprida

91,37%

META 4
Não cumprida

Crimes Contra Adm. Pública	Improbidade Administrativa
138,82%	83,16%

META 5
Cumprida

102,95%

META 6
Cumprida

600,00%

META 8
Não cumprida

Feminicídio	Violência Doméstica
88,89%	77,11%

META 9
Cumprida

100,00%

META 10
Não cumprida

1º G	2º G
87,12%	99,32%



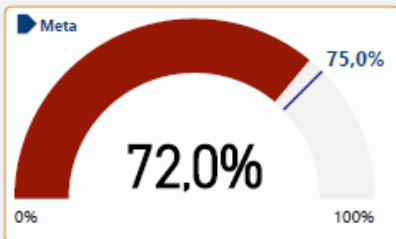
Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça



INDICADOR 09: Índice de desempenho no Prêmio CNJ Qualidade

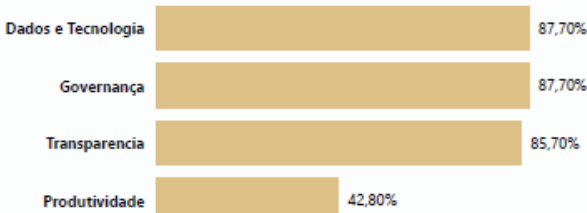
Mede o desempenho geral do TJCE no Prêmio CNJ de Qualidade (PCNJQ), considerando todos os eixos de avaliação.

Último Resultado: Ano 2025



Medição Anual:
Quanto Maior, Melhor.

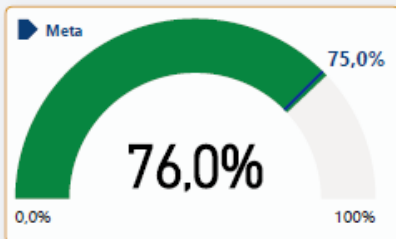
Desempenho do Premio CNJ de Qualidade por Eixo



INDICADOR 10: Percentual de unidades certificadas no Programa +Gestão

Mede o percentual de unidades que obtiveram certificação no programa +Gestão no ciclo (Prata, Ouro, Diamante ou Excelência).

Último Resultado: Ano 2025



Medição Anual:
Quanto Maior, Melhor.

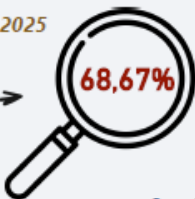
Excelência	Diamante	Ouro	Prata	Sem Certificação
80	43	99	97	101
				—



INDICADOR 11: Índice de qualidade e efetividade da comunicação ativa do Judiciário

Mede a satisfação do público externo com a comunicação ativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Último Resultado: Ano 2025



Medição Anual:
Quanto Maior, Melhor.



INDICADOR 12: Índice de satisfação com o atendimento

Mede o grau de satisfação do cidadão com o atendimento prestado pelas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

Último Resultado: Ano 2025

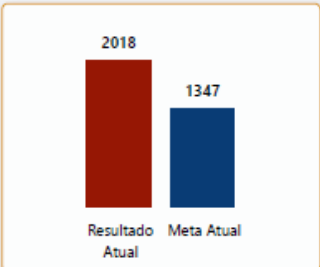


Medição Anual:
Quanto Maior, Melhor.



INDICADOR 13: Tempo médio dos processos pendentes de julgamento da classe 1116-Execução Fiscal

Mede o tempo médio dos processos pendentes de julgamento (com base na data da primeira distribuição).



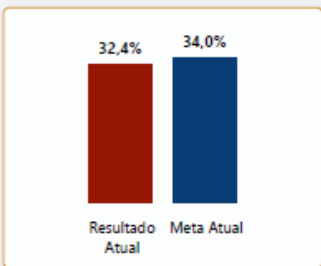
Medição Mensal:
Quanto Menor, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



INDICADOR 14: Índice de participação dos juizados especiais na demanda do Poder Judiciário

Mede o grau de participação dos processos de conhecimento cível de competência de juizado especial na demanda do Poder Judiciário no 1º grau.



Medição Mensal:
Quanto Maior, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



INDICADOR 15: Tempo médio de Julgamento - Juizados Especiais (Competência Exclusiva)

Mede a relação entre a quantidade de dias para julgamento dos processos e a quantidade de processos de conhecimento julgados no âmbito dos juizados especiais de competência exclusiva

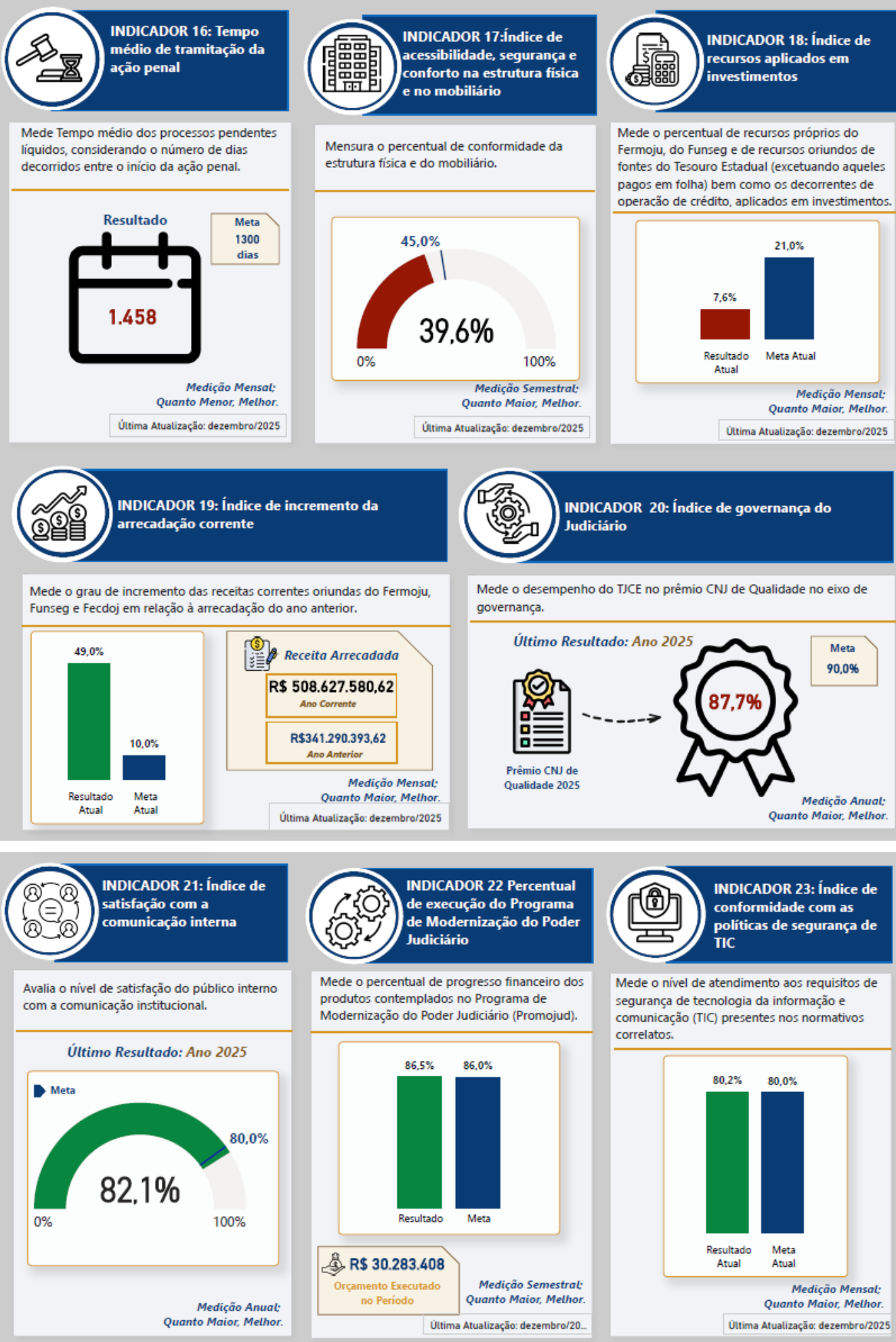


Medição Mensal:
Quanto Menor, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça





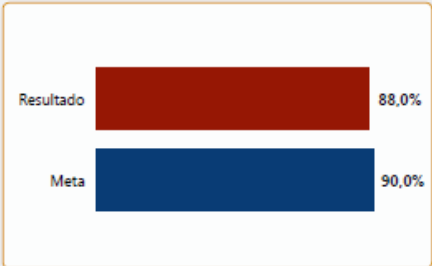
Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça



INDICADOR 24: iGov-TIC-JUD

Mede o desempenho do TJCE no iGov-TIC-JUD que avalia o nível de maturidade e competência em Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC dos órgãos do Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 370/2021)

Último Resultado: Ano 2025

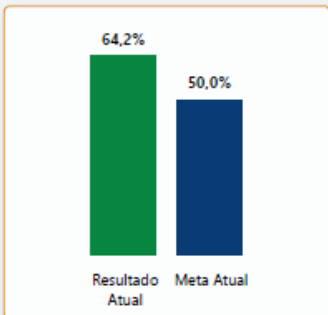


Medição Anual;
Quanto Maior, Melhor.



INDICADOR 25: Índice de aprimoramento de magistrados

Mede o percentual de magistrados capacitados, em mínimo, 20h de formação em cursos credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).



305
Nº de magistrados capacitados

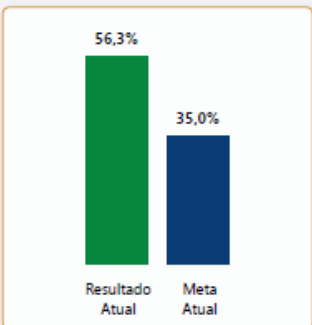
Medição Mensal;
Quanto Maior, Melhor.

Última Atualização: dezembro/2025



INDICADOR 26: Percentual de servidores capacitados

Mede o percentual de servidores capacitados no ano em, no mínimo, 20 horas-aula.



2913
Nº de servidores capacitados

Medição Bimestral;
Quanto Maior, Melhor.

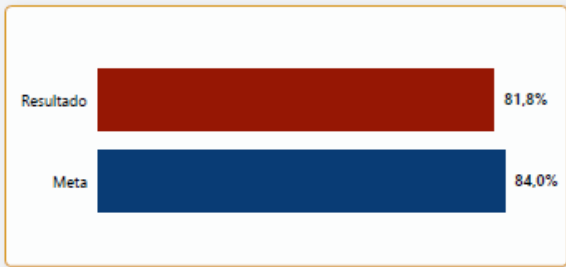
Última Atualização: dezembro/2025



INDICADOR 27: Índice de clima organizacional

Mede o percentual de servidores que consideram haver um "bom" ou "ótimo" clima organizacional para desenvolvimento dos trabalhos, em pesquisa institucional aplicada.

Último Resultado: Ano 2024



Medição Bianual;
Quanto Maior, Melhor.

VII – Avaliação e Medição de Projetos

Os projetos estratégicos do Poder Judiciário do Ceará consistem em esforços temporários



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

empreendidos com o propósito de desenvolver produtos ou serviços voltados ao alcance dos objetivos e das metas institucionais. Esses projetos são monitorados pela Coordenadoria de Projetos, unidade vinculada à Secretaria de Governança Institucional.

Nos termos da Resolução do Órgão Especial nº 01, de 19 de fevereiro de 2026, a Coordenadoria de Projetos possui como principais atribuições: elaborar, implantar, aprimorar e divulgar a metodologia de gerenciamento de projetos; acompanhar a execução e divulgar os resultados dos projetos estratégicos à alta administração; assessorar a alta administração na tomada de decisões; capacitar e prestar orientação aos(as) agentes de projetos; e mensurar o desempenho do dos(as) líderes(as) e assessores(as) de projetos.

No âmbito das iniciativas estratégicas, destaca-se o Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado Ceará (PROMOJUD), instituído pela Resolução do Órgão Especial nº 09/2021. O programa tem como objetivo avançar na implementação da transformação digital, com vistas ao aumento da eficiência e à melhoria da satisfação dos usuários. Trata-se de uma iniciativa desenvolvida em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que disponibiliza recursos no montante de US\$ 35 milhões para promover uma transformação estrutural e digital na Justiça Estadual. O sistema de governança do PROMOJUD estabelece as principais atribuições dos agentes responsáveis pela execução e pelo acompanhamento do programa.

No que se refere à governança e à atuação dos profissionais envolvidos no gerenciamento dos projetos do Judiciário cearense, destacam-se as seguintes funções:

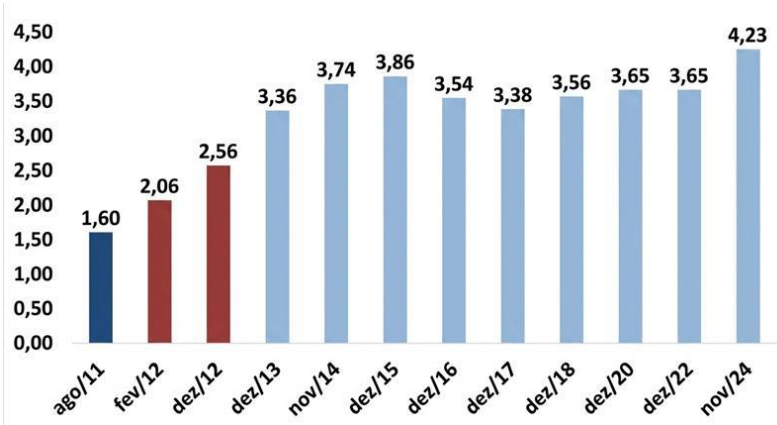
- a. **Nos projetos vinculados ao Programa de Modernização do Judiciário Estadual (PROMOJUD):** Patrocinador(a)-Geral, Patrocinador(a) de Componente, Cogestor(a), Coordenador(a) de Monitoramento, Assessor(a) de Projetos e Líder Técnico(a).
- b. **Nos demais projetos do portfólio institucional:** Patrocinador(a) e Gerente de projetos.

Com o objetivo de avaliar o nível de maturidade institucional na aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas de gerenciamento de projetos, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará utiliza o modelo Prado-MMGP. Em 2024, o Tribunal alcançou o índice de 4,23 (Gráfico 1), correspondente ao **Nível 4** de maturidade, o qual indica a prática eficaz e consistente dos elementos estruturados no Nível 3, incluindo a adequação da estrutura organizacional, o uso de metodologia padronizada, a informatização dos processos, o uso de linhas de base e o alinhamento entre a estratégia institucional e os projetos estratégicos. A avaliação da maturidade é realizada de forma bienal, estando a próxima prevista para o final de 2026.

Evolução da Maturidade em Gerenciamento de Projetos no TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça



Fonte: Secretaria de Governança Institucional do TJCE

O quadro a seguir apresenta o acompanhamento da execução dos projetos estratégicos da Gestão 2025-2027, em alinhamento ao Plano Estratégico 2021-2030 do Poder Judiciário do Estado do Ceará. O portfólio da gestão é composto por 21 projetos estratégicos, todos em execução até dezembro de 2025.

Projetos Estratégicos da Gestão 2025-2027 em execução em dezembro de 2025

Unidade	Projeto	Entregas previstas (Status e percentuais)	Previsão de término/ Tipo de planejamento
Presidência	PJe - 4ª fase	1. Evolução do Migrador - concluída 2. Fluxos de Tramitação - 1º e 2º graus - concluída 3. Fluxos complementares - em andamento (97%) 4. Soluções PDPJ - em andamento (81%) 5. Outras Soluções - Integração das custas finais com sistema de gestão de custas - concluída 6. Migrações - Competência Cível Comum; Cível Especializada; Família; Sucessões; Empresarial; Recuperação Judicial; Infância e Juventude - concluída 7. Atualização da Nova Versão do PJe - em andamento (65%)	05/02/2026 Planejamento por fase
Presidência	PJe - 5ª fase	1. Fluxos de Tramitação - 1º e 2º graus - em andamento (31%) 2. Fluxos Complementares - em andamento (60%) 3. Soluções PDPJ - em andamento (48%) 4. Outras Soluções - em andamento (38%) 5. Evolução do Migrador - em andamento (15%) 6. Migrações - Direito Criminal - Interior e Capital – a iniciar	02/10/2026 Planejamento por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Secretaria-Geral Judiciária	Humanização do atendimento	1. Implantação de novas funcionalidades no aplicativo TJCE Mobile - em andamento (77%) 2. Expansão das Centrais de Atendimento - 4ª onda - em andamento (68%) 3. Expansão das Centrais de Atendimento - 5ª onda - em andamento (6%) 4. Desenvolvimento de Solução Integrada de Agendamento - BIA - em andamento (63%) 5. Implantação de novos Pontos de Inclusão Digital - em andamento (44%) 6. Centralização dos atendimentos do Núcleo 4.0 na Central de Atendimento - em andamento (96%) 7. Aprimoramento e centralização dos atendimentos dos Juizados Especiais na Central de Atendimento - em andamento (5%) 8. Central de Certidões Unificada - em andamento (91%)	16/07/2026 Planejamento por fase
Presidência	Inteligência Artificial	1. Expansão do Modelo Precedentes para o 1º Grau - em andamento (85%) 2. Aprimoramento do Modelo Precedentes para o 2º Grau - em andamento (73%) 3. Modelo Prescrições Intercorrentes - em andamento (98%) 4. Expansão Berna - concluída 5. Talia Tradução - Ferramenta de tradução simultânea - concluída 6. Camaleão - Solução de Alteração de Imagem e de Voz - concluída 7. Prevenção, Litispendência e Conexão – a iniciar	27/01/2026 Planejamento por fase
Presidência	Robotização	1. Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para fornecimento de licenças de plataforma integrada de RPA – Automation Now - concluída 2. Treinamento da equipe na plataforma integrada de RPA - concluída 3. Desenvolvimento de robôs judiciais residuais - em andamento (99%) 4. Desenvolvimento de robôs - Pacote IX – concluída 5. Desenvolvimento de robôs - Pacote X – em andamento (91%) 6. Desenvolvimento de robôs - Pacote XI – em andamento (86%) 7. Desenvolvimento de robôs - Pacote XII – em andamento (18%)	20/01/2026 Planejamento por fase
Secretaria de Governança Institucional	Cultura da Inovação	1. Hackathon de Inovação – em andamento (35%) 2. Capacitação para formação de facilitadores – Contrato WEGOV - concluída 3. Publicação de 7 documentos simplificados - concluída 4. Contratação de consultor individual para	18/12/2026 Planejamento por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

		realizar serviços de design gráfico, com foco em Legal Design, Visual Law e simplificação de linguagem - concluída 5. Execução do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre TJCE e Defensoria Pública do Estado do Ceará para articulação de ações e troca de experiências sobre práticas e projetos inovadores nas áreas de linguagem simples, direito visual, inovação na gestão pública e design de serviços - em andamento (72%) 6. Desenvolvimento de chatbots: orientações jurídicas; e de comunicação do fim da medida protetiva - em andamento (46%) 7. Fundos ambientais geridos por comunidades – a iniciar 8. Sentenças criativas – a iniciar 9. Julgamento célere de causas ambientais – a iniciar 10. Capacitação em Gestão da Inovação - Oficina Let's Gov - concluída	
Secretaria de Governança Institucional	LGPD	1. Execução do Contrato nº 30/2024 - Módulo Security: Implantação da LGPD e soluções tecnológicas para Governança da Privacidade e Proteção de Dados: 1.1. Planejamento - concluída 1.2. Avaliação - concluída 1.3. Licenciamento de Software - LGPD Manager 3.0 - concluída 1.4. Plano de Conscientização - Etapa 1 - concluída 1.5. Plano de Conscientização - Etapa 2 - em andamento (60%) 1.6. Mapeamento - concluída 1.7. Análise de Planejamento - concluída 1.8. Implementação - em andamento (6%) 1.9. Licença/Subscrição de Software - LGPD Manager (Mensalidade) - concluída	05/02/2026 Planejamento Completo
Secretaria de Tecnologia da Informação	Segurança da Informação	1. Norma de Tratamento e Classificação da Informação - concluída 2. Aquisição de Auditoria AD - em andamento (73%) 3. Aquisição de Privileged Access Management - PAM - em andamento (61%) 4. Aquisição de WAF + Balanceador de Carga - em andamento (40%) 5. Norma de uso seguro de computação em nuvem - concluída 6. Norma de desenvolvimento e utilização de robôs no âmbito do TJCE - em andamento (65%) 7. Norma de desenvolvimento e utilização de inteligência artificial no âmbito do TJCE - em andamento (56%) 8. Contratação de consultor(a) para Segurança da Informação - em andamento (63%)	13/07/2026 Planejamento completo



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

		9. Contratação de Programa de Cultura e Conscientização em SI - em andamento (75%)	
Presidência	Enfrentamento à Violência Doméstica	1. Expansão dos Núcleos de Combate à Violência Doméstica - em andamento (68%) 2. Implantação dos Núcleos - em andamento (53%) 3. Criação de plataforma de apoio à mulher vítima de violência - Sistema de gestão de vagas - em andamento (34%) 4. Revitalização e expansão do Proteção na Medida – em andamento (99%) 5. Implantação de Delegacia de Defesa da Mulher Online em Maracanaú - em andamento (89%) 6. Criação de painel BI com indicadores dos NUCEVIDs - em andamento (6%) 7. Prevenção à violência de gênero - em andamento (78%)	03/02/2026 Planejamento por fase
Presidência	Juizados Especiais	1. Reestruturação das Turmas Recursais - em andamento (42%) 2. Reestruturação dos Juizados Cíveis da Capital e de Juazeiro do Norte - em andamento (42%) 3. Criação de Núcleo 4.0 para processos em cumprimento de sentença e execução extrajudicial - em andamento (38%) 4. SEJUD para os Juizados Especiais - em andamento (55%) 5. Aprimoramento das Ferramentas Tecnológicas - em andamento (28%) 6. Capacitação das Centrais de Atendimento para atermações - concluída 7. Reestruturação do Programa de Juízes leigos - em andamento (40%) 8. Fortalecimento da área executiva da Coordenadoria de Juizados - em andamento (61%) 9. Contratação da banca organizadora do processo seletivo para juízes leigos em 2026 - em andamento (31%)	18/12/2026 Planejamento por fase
Presidência	Cientista-Chefe	1. Plataforma SARA (Sistema de Análise e Resumo de Ações) 2. Classificador de Assuntos 3. Busca Ativa de Jurisprudências 4. Classificador de Documentos 5. Grafo de Legislação	Projeto em replanejamento no período de referência
Presidência	Eficiência na Prestação Jurisdicional	1. Painel BI para monitoramento de processos da Infância e Juventude - concluída 2. Projeto de agregação dos expedientes das Varas da Infância na SEJUD – em andamento (12%) 3. Programa de Capacitação de Entrevistadores Forenses para o Núcleo de Depoimento Especial - concluída 4. Plano de Comunicação e Sensibilização sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento -	06/02/2026 Planejamento por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

		SNA - em andamento (95%) 5. Projeto de agregação dos expedientes dos Juizados Especiais na SEJUD - em andamento (aguardando atualização do cronograma para aferição percentual)	
Secretaria-Geral Judiciária	Soluções Consensuais de Conflitos	1. Contratação de consultor(a) para serviço de ideação de soluções tecnológicas voltadas à finalização consensual de conflitos de forma online - ODR - em andamento (29%) 2. Implantação de mais 2 CEJUSCs Regionais – a iniciar 3. Expansão e Implantação da mediação pré-processual para casos dos Juizados Especiais que envolvam acidentes de trânsito sem vítimas – a iniciar 4. Monitoramento e aperfeiçoamento das atividades e produtividade dos CEJUSCs – a iniciar	18/06/2026 Planejamento por fase
Secretaria de Governança Institucional	Datamart Administrativo	1. Análise e mapeamento dos dados e modelagem - concluída 2. Definição das regras de extração/desenvolvimento dos scripts e programas ETLs - concluída 3. Desenvolvimento dos painéis BI – Despesas com pessoal, com serviço de energia e água, serviço de manutenção e serviço de tecnologia - concluída 4. Homologação dos painéis BI - em andamento (96%)	30/01/2026 Planejamento por fase
Secretaria de Gestão de Pessoas e Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará	Desenvolvimento de pessoas	1. Execução do Ciclo de Avaliação de Desempenho 2025-2026 - em andamento (44%) 2. Contratação de Programa de Cultura e Conscientização em SI - em andamento (86%) 3. Capacitação de 21 servidores(as) do TJCE na área de Inteligência Artificial 4.0 - concluída 4.Trilha de competências digitais para servidores - concluída 5. Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e à Discriminação - concluída 6. Proteção na medida - concluída 7. Capacitação em “Storytelling com Dados para Comunicação e Atendimento de Sucesso” - concluída 8. Revitalização do ambiente EAD – Parceria com ENAP - concluída 9. Implantação do Sistema de Gestão Educacional - em andamento (46%) 10. Contratação MBA em Gestão Pública, Inovação e Poder Judiciário - 2ª turma - concluída	18/12/2026 Planejamento por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Secretaria de Gestão de Pessoas	Ferramenta de Gestão de Pessoas	1. Desenvolvimento e Implantação da Ferramenta de Gestão de Pessoas – SYDLE ONE - em andamento (47%) 2. Contratação de Ferramenta de Folha de Pagamento – SYDLE ONE - em andamento (93%)	24/02/2026 Planejamento por fase
Secretaria de Gestão de Pessoas e Assessoria de Comunicação	Clima Organizacional e Comunicação Interna	1. Contratação de consultor(a) para análise e descrição da cultura organizacional vigente no TJCE e proposição de plano de ações visando à mudança da cultura institucional para o patamar desejado, considerando a transformação digital pela qual passa o TJCE - em andamento (70%) 2 Plano de ação - Pesquisa de Clima Organizacional 2024 - em andamento (67%) 3. Reestruturação Pesquisa de Clima Organizacional 2026 - a iniciar 4. Aplicação da pesquisa de clima 2026 - a iniciar 5. Contratação de consultor(a) de Endomarketing - concluída 6. Plano de Comunicação Institucional - em andamento (91%) 7. Estudos de viabilidade para atualização de ferramentas - em andamento (37%) 8. Desenvolvimento de robô com disparos automáticos via whatsapp - em andamento (64%) 9. Contratação de serviço de TV Corporativa - em andamento (25%) 10. Contratação de serviço de newsletter - em andamento (9%) 11. Entregas do eixo de lideranças femininas – em andamento (aguardando atualização do cronograma para aferição percentual)	30/11/2026 Planejamento por fase
Secretaria de Tecnologia da Informação	Modernização Tecnológica	1. Contratação de serviços de computação em nuvem (cloud broker) - em andamento (46%) 2. Solução de conectividade de núcleo (Switches) - em andamento (72%) 3. Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de hiperconvergência - concluída 4. Contratação de empresa especializada em tecnologia da informação para o fornecimento de links de comunicação de dados - em andamento (53%) 5. IA Generativa/Licenças do Power BI Premium - em andamento (85%) 6. Serviços de Tecnologia para o Sistema PJe - em andamento (36%) 7. Aquisição de 3.000 computadores - concluída 8. Notebooks - em andamento (78%) 9. Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados na área de TI para organização, desenvolvimento, implantação e execução continuada de tarefas	23/10/2026 Planejamento por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

		de suporte, rotina e demanda (Service Desk) - em andamento (80%) 10. Solução Omnichannel – a iniciar 11. Arquitetura corporativa de sistemas e infraestrutura de TI - Etapa 3 - Arquitetura Corporativa Futura - em andamento (86%)	
Secretaria de Administração e Infraestrutura	Infraestrutura Física e Sustentabilidade	1. Desenvolvimento e implantação da Ferramenta de automação de gestão de suprimentos e patrimonial – SYDLE ONE - em andamento 2. Ampliação do Sistema Fotovoltaico: Contratação de Placas Solares (Fase 1) - concluída 3. Ampliação do Sistema Fotovoltaico: Execução do contrato (Fase 1) - a iniciar 4. Ampliação do Sistema Fotovoltaico: Contratação de Placas Solares (Fase 2) - em andamento (47%) 5. Ampliação do Sistema Fotovoltaico: Execução do contrato (Fase 2) - a iniciar 6. Justiça Carbono Zero – Fase 1: Plano de Descarbonização - concluída 7. Justiça Carbono Zero – Fase 1: Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa - concluída 8. Justiça Carbono Zero – Fase 1: Substituição de Equipamentos de Climatização - concluída 9. Justiça Carbono Zero – Fase 1: Substituição de Lâmpadas Convencionais por LED - concluída 10. Justiça Carbono Zero – Fase 2 – a iniciar	18/12/2026 Planejamento por fase
Corregedoria-Geral da Justiça e Secretaria de Finanças	Gestão Financeira e Arrecadação	1. Painel de controle dos créditos do TJCE encaminhados à PGE para cobrança - concluída 2. Implantação do Selo 14 - DUT Eletrônico - em andamento (99%) 3. Implantação do Selo 02 - Reconhecimento de Firma - concluída 4. Implantação do Selo 03 - Autenticação - concluída 5. Evolução do Sistema de Gestão da Arrecadação (SGA) - em andamento (96%) 6. Modelo Preditivo de Arrecadação - em andamento (94%) 7. Integração SAPRE-BANKJUS-CAIXA - em andamento (98%) 8. Contratação de consultor(a) individual para apoio à consultoria de gestão de custos - concluída 9. Contratação de serviços de consultoria especializada no desenvolvimento de modelo de gestão e governança de custos no âmbito do TJCE - em andamento (89%) 10. Desenvolvimento e implantação da Ferramenta de Gestão Financeira e de Custos – SYDLE ONE - em andamento (51%)	10/04/2026 Planejamento por fase



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Consultoria Jurídica	Gestão das Contratações	1. Desenvolvimento de linguagem simplificada nos documentos dos processos de contratações - em andamento (28%) 2. Elaboração dos pareceres referenciais - em andamento (45%) 3. Oficinas para apresentação dos artefatos com linguagem simples - a iniciar 4. Desenvolvimento e Implantação da Ferramenta de Automação dos Processo de Gestão de Contratações e Contratos – SYDLE ONE - em andamento (49%)	15/03/2027 Planejamento por fase
Secretaria de Administração e Infraestrutura	Plano de Obras	1. Reforma do Fórum de Jaguaruana 2. Reforma de 04 salões do Juri - FCB 3. Projeto de acessibilidade vertical FCB 4. Reforma do Fórum de Acopiara 5. Reforma do Fórum de São Benedito 6. Projeto de arquitetura e instalações para requalificação do FCB 7. Construção do novo do Fórum de Icó 8. Construção do novo do Fórum de Quixeramobim 9. Construção do novo do Fórum de Cascavel 10. Construção do novo do Fórum de Aracati 11. Reforma do Fórum de Jucás 12. Construção do novo Fórum de Nova Olinda 13. Reforma do Fórum de Jardim 14. Construção do novo Fórum de Milagres 15. Reforma do Fórum de Juazeiro do Norte 16. Reforma do Fórum de Caucaia 17. Reforma do Fórum de Tianguá 18. Reforma do Fórum de Eusebio 19. Reforma do Fórum de Maranguape 20. Construção do novo Fórum de Guaraciaba do Norte 21. Reforma do Fórum de Iguatu 22. Reforma do Fórum de Barbalha 23. Reforma do Fórum de Campos Sales 24. Construção do novo Fórum de Independência 25. Construção do novo Fórum de Redenção 26. Construção do novo do Fórum de Tabuleiro do Norte 27. Reforma do Fórum de Ipu 28. Reforma do Fórum de Pereiro 29 Reforma do Fórum de Itaitinga 30. Reforma do Fórum de Sobral 31. Construção do novo Fórum de Maracanaú 32. Reforma do Fórum de Massapê 33. Reforma do Fórum de Jijoca de Jericoacoara 34. Contratação por tipologia 35. Sistema de áudio e vídeo (SAV) 36. Reforma do CDI para implantar a Sede Administrativa 37. Serviços complementares da Sede Judiciária 38. Reforma do Fórum de Boa Viagem	Projeto em replanejamento no período de referência



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

		39. Serviços complementares do Plenário	
--	--	---	--

Nota: Em projetos planejados por fases, nem todas as entregas possuem suas atividades inicialmente detalhadas no cronograma, sendo esse planejamento elaborado gradualmente ao longo da execução do projeto. Já nos projetos com planejamento completo, todas as entregas previstas contam com cronograma detalhado em atividades e prazos.



INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO.

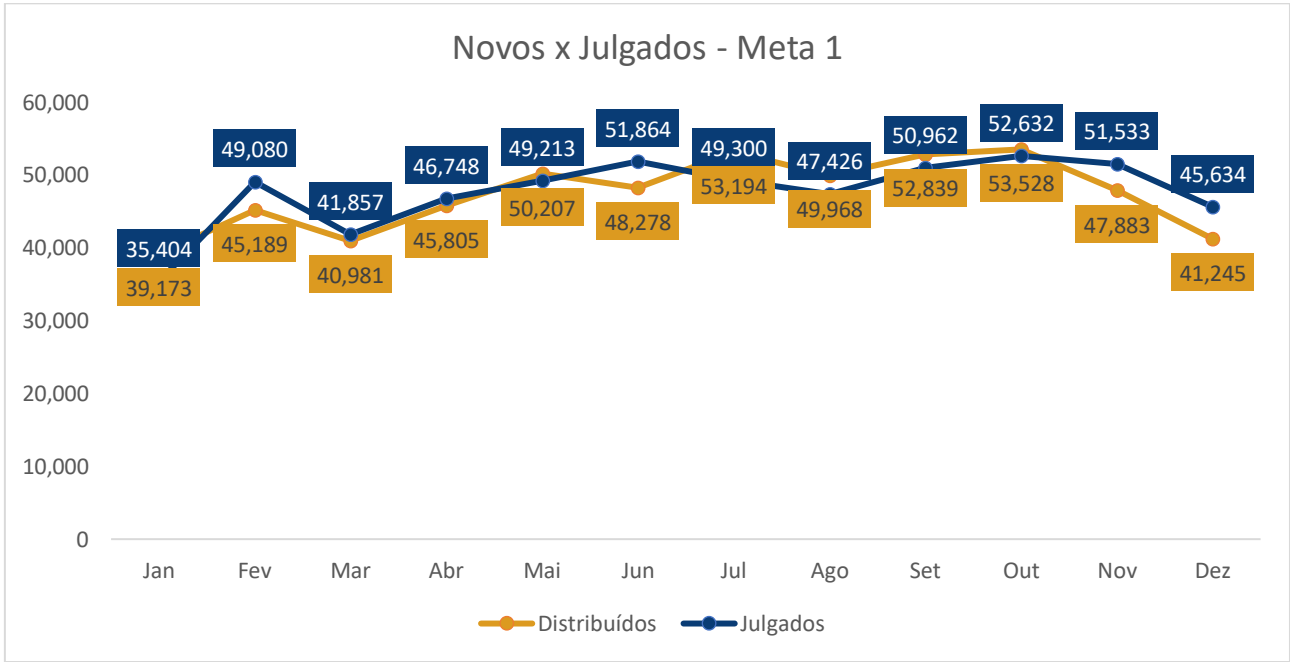
METAS NACIONAIS 2025

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos de 20/12/24 a 19/12/25, excluídos os suspensos e sobrestados de 20/12/24 a 19/12/25.

Segmento	Distribuídos	Julgados	Cumprimento
1º Grau	347.161	354.002	101,97%
2º Grau	103.504	103.260	99,76%
Juizado Especial	86.360	84.131	97,42%
Turma Recursal	31.265	30.260	96,79%
TJCE	568.290	571.653	100,59%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 2 – Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar até 31/12/2025, pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no 2º grau, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 15 anos (2010) ou mais.

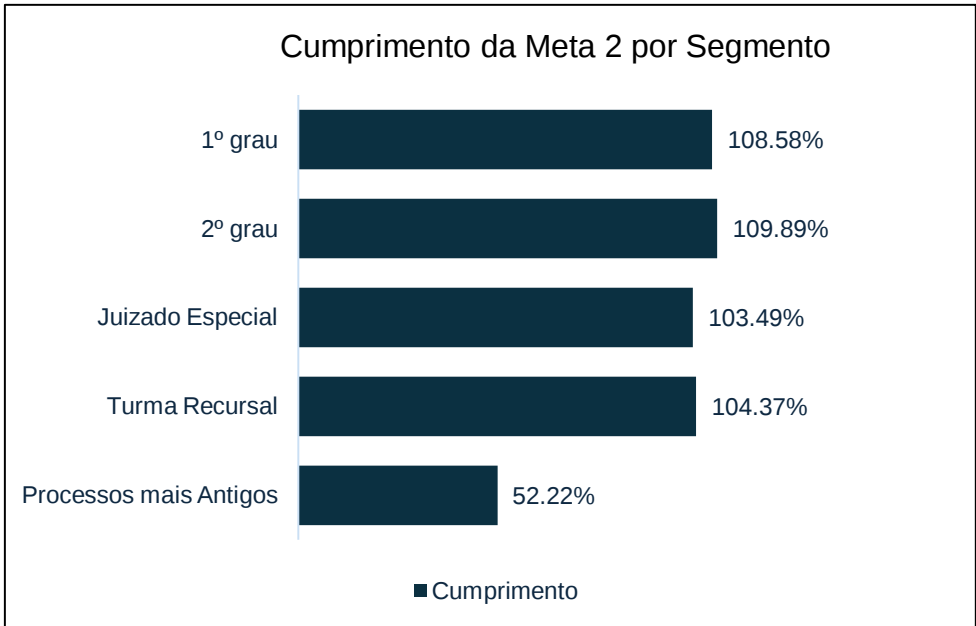
Segmento	Cumprimento	Passivos	Resolvidos
1º grau	108,58%	519.829	451.527
2º grau	109,89%	45.805	45.302
Juizado Especial	103,49%	49.930	49.091



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Turma Recursal	104,37%	12.723	12.615
Processos mais Antigos	52,22%	6.952	3.630

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



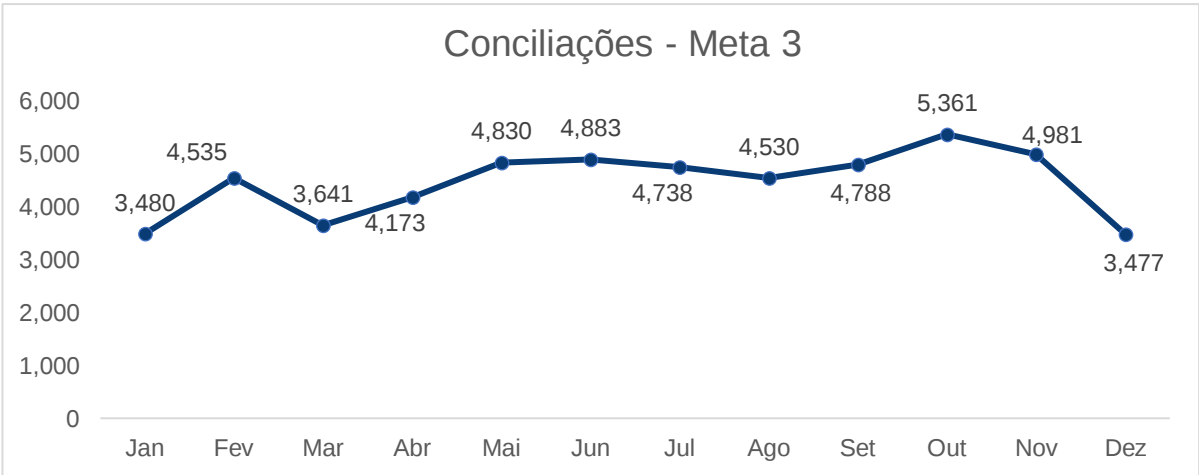
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 3 – Estimular a conciliação

Aumentar o indicador Índice de Conciliação do Justiça em Números em 1 ponto percentual em relação a 2024. Cláusula de barreira: 17% de Índice de Conciliação.

Tribunal	Conciliações Realizadas	Índice de Conciliação	Cumprimento
TJCE	53.417	16,35%	90,55%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a



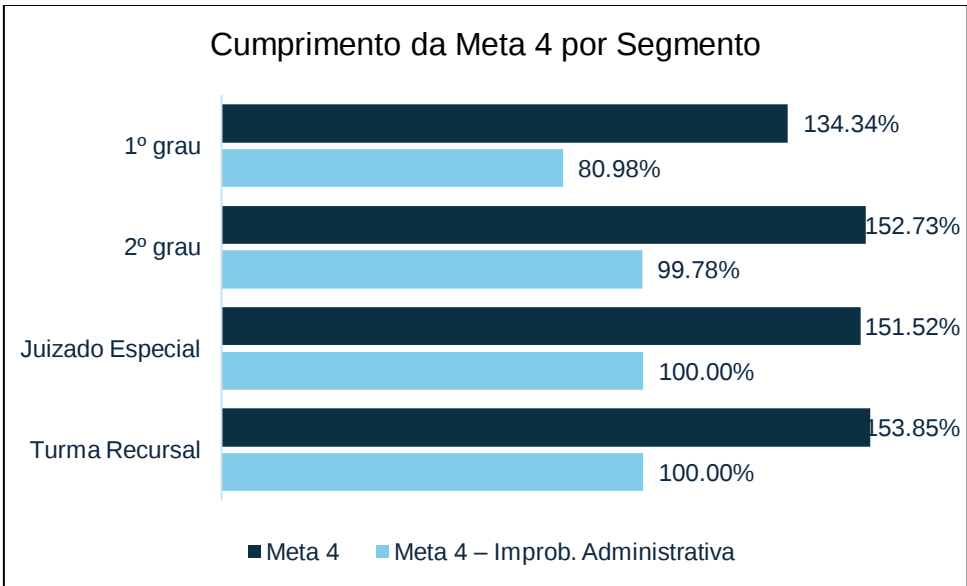
Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

Identificar e julgar até 31/12/2025, 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial as relativas a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão e identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021.

Tribunal	Passivo	Resolvidos	Cumprimento
Meta 4 - Crimes contra a Administração Pública			
TJCE	15.021	13.488	138,15%
Meta 4 – Improbidade Administrativa			
TJCE	4.488	3.722	82,93%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento

Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida de processo de conhecimento, em relação a 2024. Cláusula de barreira: 56%.

Percentual de cumprimento = $\left(\frac{TCLC2024 - 0,005}{TCLC2025}\right) * 100$

TCLC – Taxa de congestionamento líquida de conhecimento.

Tribunal	TCLC 2024	TCLC 2025	Cumprimento
TJCE	59,84%	60,29%	98,43%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 6 – Priorizar o julgamento das ações ambientais

Identificar e julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados às ações ambientais



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

distribuídos até 31/12/2024.

Segmento	Cumprimento	Passivos	Resolvidos
1º Grau	98,45%	1.000	700
2º Grau	184,62%	65	60
Juizado Especial	127,00%	263	167
Turma Recursal	200,00%	9	9

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 7 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados aos indígenas e quilombolas

Identificar e julgar, até 31/12/2025, 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades indígenas e 50% dos processos relacionados aos direitos das comunidades quilombolas distribuídos até 31/12/2024.

Meta 7	Cumprimento
Indígenas	100,00%
Quilombola	100,00%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

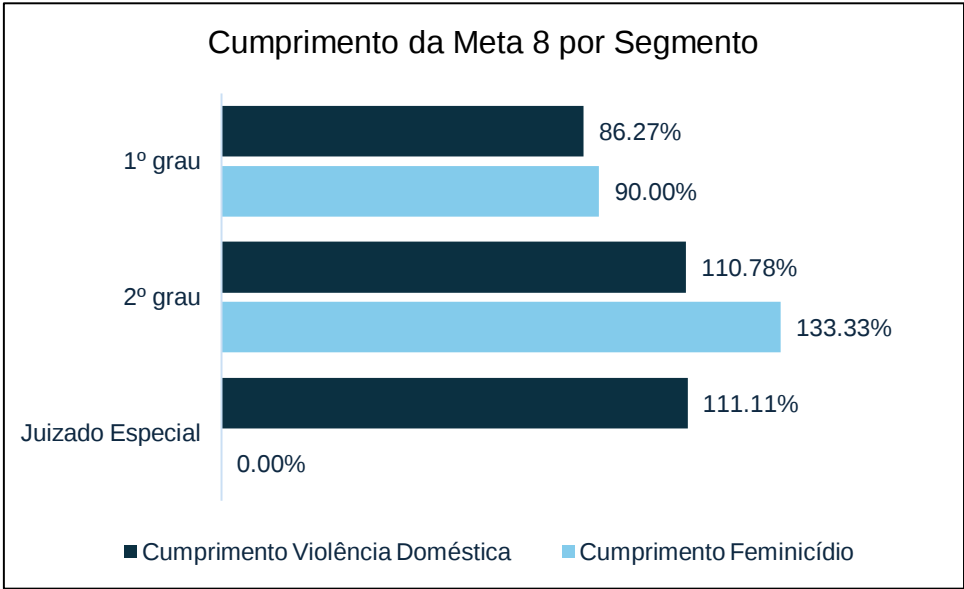
Identificar e julgar, até 31/12/2025, 75% dos casos de feminicídio distribuídos até 31/12/2023 e 90% dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2023.

Meta 8	Passivo	Resolvidos	Cumprimento
Violência doméstica	29.586	23.046	86,55%
Feminicídio	365	261	95,34%

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário

Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade.

Tribunal	Cumprimento	Projetos aprovados	Projetos avaliados
TJCE	100,00%	2	2

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

Meta 10 – Promover os direitos da criança e do adolescente

Identificar e julgar, até 31/12/2025, no 1º grau, 90% e no 2º grau, 100% dos processos em fase de conhecimento, nas competências da Infância e Juventude cível e de apuração de ato infracional, distribuídos até 31/12/2023 nas respectivas instâncias.

Segmento	Cumprimento	Passivo	Resolvidos
1º Grau	85,55%	6 mil	4 mil
2º Grau	97,21%	574	558

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-metas/>

JUSTIÇA EM NÚMEROS

O Conselho Nacional de Justiça lança anualmente o relatório estatístico denominado “Justiça em Números”, que, baseado nos dados fornecidos pelos tribunais de todo o país, apresenta e



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

faz uma análise comparativa dos principais indicadores do Judiciário Nacional relativos ao orçamento, aos recursos humanos, à litigiosidade, à produtividade e ao congestionamento processual. Observe-se que a última edição do Justiça em Números foi lançada em meados de 2025, com dados referentes ao ano de 2024.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, natureza (se processo de conhecimento ou execução) e recorribilidade. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores é regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ). Os valores referentes a 2024 e 2025 foram retirados do Painel de Estatística do Justiça em Números do CNJ disponível no site do Tribunal de Justiça do Ceará.

Tabela: Justiça em Números 2024 e 2025 - Casos em Geral

CASOS EM GERAL		
2º GRAU	2024	2025
Casos Novos Originários no 2º Grau Criminais	9.029	10.346
Casos Novos Originários no 2º Grau Não-Criminais	2.141	2.146
Casos Novos Recursais no 2º Grau Criminais	11.924	13.183
Casos Novos Recursais no 2º Grau Não-Criminais	62.717	78.155
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	9.830	10.166
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	61.876	67.986
Recursos Internos no 2º Grau	18.758	20.898
Recursos Internos Julgados no 2º Grau	18.612	21.335
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	6.409	6.596
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	21.085	23.282
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	67.711	74.427
Decisões Terminativas de Processos Criminais no 2º Grau	21.593	23.675
Decisões Terminativas de Processos Não-Criminais no 2º Grau	83.453	88.291
1º GRAU – CONHECIMENTO		
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	70.959	75.336
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	262.863	274.449
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	184.815	177.674
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	430.131	449.513
Total de Processos Baixados de Conhecimento no 1º Grau Criminais	86.252	84.333
Total de Processos Baixados de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	262.485	258.654
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	76.968	63.192
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	272.431	262.332
Recursos Internos Novos no 1º Grau	8.428	24.001
Recursos Internos Julgados no 1º Grau	11.256	16.199
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau	4.448	12.654
1º GRAU – EXECUÇÃO		
Casos Novos de Execuções Fiscais	9.876	7.779



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	14.190	12.133
Casos Novos de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	3.854	4.640
Casos Novos de Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	8.356	11.132
Casos Novos de Execução Judicial, exceto execuções penais	51.232	57.936
Casos Pendentes de Execuções Fiscais	90.090	78.564
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	68.553	67.852
Casos Pendentes de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	12.587	12.826
Casos Pendentes de Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	49.196	49.911
Casos Pendentes de Execução Judicial, exceto execuções penais	95.070	123.070
Total de Processos Baixados de Execuções Fiscais	35.606	23.639
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	11.587	12.701
Total de Processos Baixados de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	3.066	4.382
Total de Processos Baixados de Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	8.422	10.426
Total de Processos Baixados de Execução Judicial, exceto execuções penais	36.171	39.156
Sentenças em Execuções Fiscais	43.800	21.136
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial, exceto em execuções fiscais	11.582	13.167
Sentenças em Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	3.492	3.738
Sentenças em Execução Judicial Criminais – Penas Privativas de Liberdade	8.184	9.586
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execuções penais	45.246	44.012
TURMA RECURSAL		
Casos Novos Originários nas Turmas Recursais Criminais	43	38
Casos Novos Originários nas Turmas Recursais Não-criminais	452	468
Casos Novos Recursais nas Turmas Recursais Criminais	232	221
Casos Novos Recursais nas Turmas Recursais Não-criminais	23.650	30.127
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	183	139
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	19.628	20.671
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	281	309
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	27.402	29.676
Decisões Terminativas de Processos Criminais nas Turmas Recursais	279	328
Decisões Terminativas de Processos Não-Criminais nas Turmas Recursais	30.135	34.476
Recursos Internos Novos nas Turmas Recursais	3.432	4.188
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	2.407	2.372
Recursos Internos Julgados nas Turmas Recursais	4.505	4.275
JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO		
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	6.163	5.718
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	66.262	79.047
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	9.607	8.901
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	51.619	56.850
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	8.350	6.664
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	68.909	75.497
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	10.154	8.276
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	75.360	82.073
Recursos Internos Novos nos Juizados Especiais	4.517	7.902
Recursos Internos Julgados nos Juizados Especiais	5.552	6.548
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais	1.243	2.697
JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO		

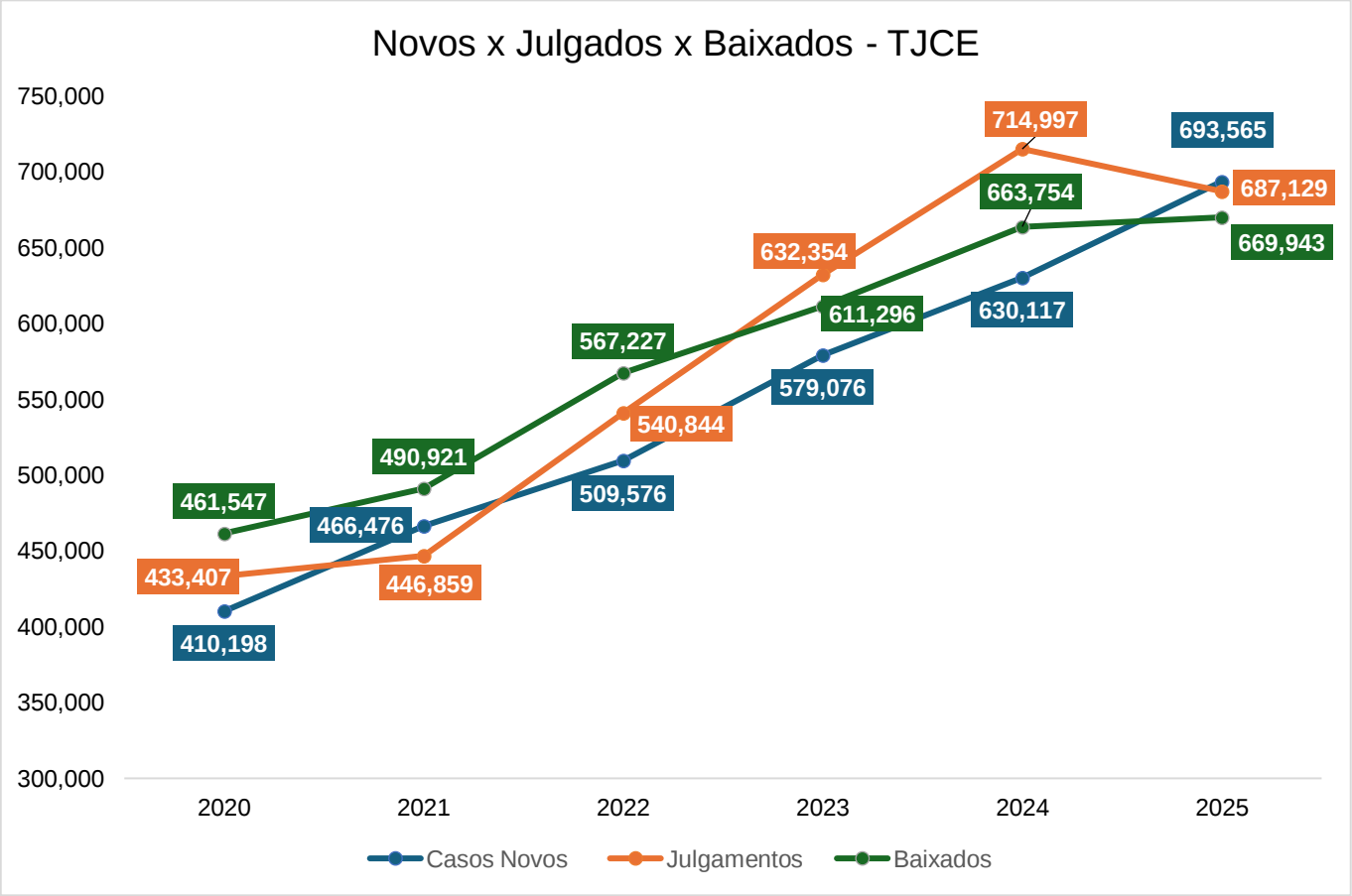


Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	11.134	9.742
Casos Novos de Execução Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	0	0
Casos Novos de Execução Judicial, exceto execuções penais	14.993	20.929
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	9.541	9.793
Casos Pendentes de Execução de Judicial Criminais – Penas Não-Privativas de Liberdade	0	0
Casos Pendentes de Execução Judicial, exceto execuções penais	19.856	25.925
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	9.426	9.644
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade	0	0
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	16.959	17.126
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial, exceto execuções fiscais	10.063	10.136
Sentenças em Execução Judicial de Penas Não-Privativas de Liberdade	2	0
Sentenças em Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	22.226	22.698

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

As tabelas e gráficos a seguir apresentam os principais números relacionados à demanda e à produtividade do TJCE em 2025, com os respectivos aumentos/reduções com relação a exercícios anteriores:



Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Tabela: Evolução dos pendentes, casos novos, julgados e baixados 2023-2025

Instância	Pendentes			Casos Novos			Julgados			Baixados		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
1º Grau	945.375	930.442	959.410	397.295	421.330	443.405	424.500	461.703	417.163	427.504	443.589	433.291
2º Grau	74.413	71.764	78.231	68.020	85.858	103.867	83.623	105.074	111.978	69.946	88.834	97.733



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Juizados Especiais	94.755	90.623	101.469	92.453	98.552	115.439	99.629	117.805	123.184	91.299	103.644	108.932
Turmas Recursais	23.054	19.811	20.810	21.308	24.377	30.854	24.602	30.416	34.804	22.547	27.687	29.987

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Tabela: Carga de Trabalho e Número de Sentenças/Decisões por Magistrado do TJCE – 2023-2025

Instância	Carga de Trabalho por Magistrado			Sentenças/Decisões por Magistrado		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
1º Grau	3.928	3.839	4.268	1.196	1.275	1.252
2º Grau	3.29	3.200	3.776	1.640	1.812	2.074
Juizados Especiais	1.442	1.021	1.679	744	598	942
Turmas Recursais	2.745	2.864	3.191	1.295	1.587	1.934
Média Geral	2.852	2.731	3.228	1.218	1.318	1.550

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Tabela: Casos Novos e Produtividade por Servidor da Área Judiciária do TJCE – 2023-2025

Instância	Casos Novos por Servidor da Área Judiciária			Índice de Produtividade do Servidor da Área Judiciária		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025
1º Grau	89,60	92,11	102,55	96,41	96,98	100,21
2º Grau	120,60	138,26	156,43	124,02	143,05	147,19
Juizados Especiais	231,13	219,98	270,35	228,25	231,35	255,11
Turmas Recursais	434,86	316,58	416,95	460,14	359,57	405,23
Média Geral	219,05	191,73	236,57	227,21	207,74	226,93

Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

A taxa de congestionamento (TC) mede o percentual de casos que permanecem pendentes de solução ao final do ano-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados). Neste caso, os pendentes são dados pela soma dos pendentes de baixa e os suspensos. Assim, a TC mostra o percentual de processos que chegam ao final do ano sem resolução.

Tabela: Evolução da Taxa de Congestionamento 2023-2025

Instância	Taxa de Congestionamento (Geral)		
	2023	2024	2025
1º Grau	68,86%	67,72%	68,89%
2º Grau	51,55%	44,69%	44,46%
Juizados Especiais	50,93%	46,65%	48,23%
Turmas Recursais	50,56%	41,71%	40,97%

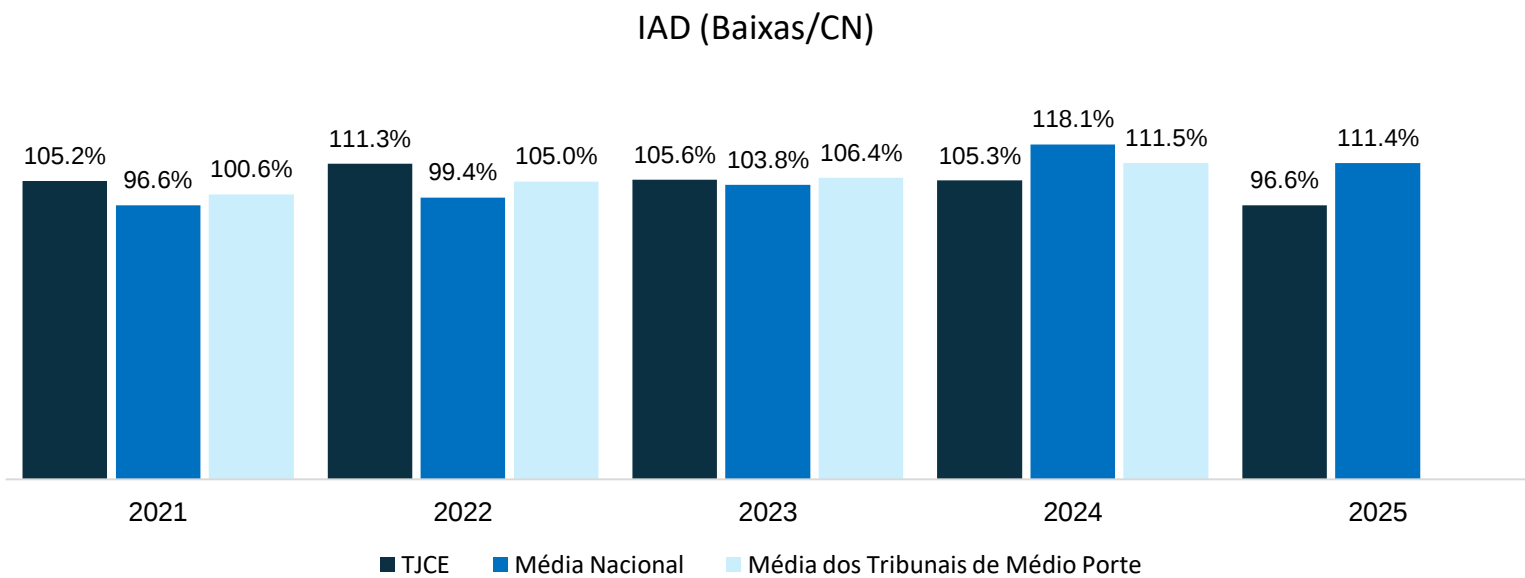
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>

Já o Índice de Atendimento a Demanda (IAD) é medida pela relação entre o total de processos judiciais baixados e o total de processos novos (Baixas/CN), retratando o percentual de saída dos processos em relação aos que entram.

O IAD permite verificar se o tribunal foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. Sendo assim, o ideal é que esse indicador permaneça superior a 100% para evitar aumento de casos pendentes.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça



Fonte: Painel Justiça em Números. Disponível em: www.tjce.jus.br/estatistica/paineis
Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Disponível em: <https://justica-em-numeros.cnj.jus.br/painel-estatisticas/>



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

No que diz respeito aos resultados obtidos em 2025 dos indicadores de desempenho previstos e aprovados no tema estratégico “1.9–Segurança Pública e Justiça” do Eixo “1–O Ceará que cuida, educa e valoriza as pessoas” constantes no *Plano Plurianual (PPA 2024-2027)* para os quais o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), na qualidade de órgão gestor, contribui quando da execução de seu programa temático de governo (Programa nº “192–Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional”), a Tabela 1 traz os resultados apurados do desempenho dos indicadores de Tema Estratégico.

Tabela 1 - Desempenho dos Indicadores de Tema Estratégico.

TEMA 1.9 – SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA					
Resultado Temático: População segura, com direitos fundamentais garantidos, em especial proteção à vida, à integridade física e ao patrimônio, com acesso a um sistema de justiça célere, resolutivo e humanizado, com ênfase nos grupos historicamente vulnerabilizados					
Indicador de Resultado	Unidade	Ano	Meta	Resultado	% Realização
Índice de atendimento à demanda pelo Poder Judiciário estadual	Percentual de processos baixados em relação ao número de casos novos	2025	105,56	101,64	96,29
Índice de satisfação da sociedade com a atuação do Poder Judiciário estadual	Percentual geral de satisfeitos dos 7 blocos avaliados (Acessibilidade; Atendimento Prestado; Prestação dos Serviços; Uso da Tecnologia da Informação; Comunicação com a Sociedade; Transparência nas Informações; Infraestrutura dos Prédios)	2025	66,00	73,97	112,08

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório de Monitoramento dos Indicadores de Tema Estratégico do PPA 2024-2027– Período: janeiro-dezembro de 2025).

O “Índice de atendimento à demanda pelo Poder Judiciário estadual” - IAD reflete a capacidade de o Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados. Quando o índice é inferior ao patamar de 100%, há aumento no número de casos pendentes. O referido indicador apresentou um desempenho favorável durante o ano de 2025, visto que alcançou percentual de realização de 96,29% em relação à meta projetada para o ano. Considerando que o indicador mede a relação entre o número de processos baixados e o número de casos novos no mesmo período, seu resultado de 101,64%, que se manteve superior a 100%,



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

onde se computou um total de 723.626 casos novos e de 735.459 processos baixados, evidencia os esforços do Tribunal dar vazão ao volume de casos ingressados, permitindo reduzir o número de casos pendentes.

Cabe destacar que quando se compara o volume anual, observa-se um aumento de 6,92% de processos baixados em 2025 (735.459) em relação a 2024 (687.866), ao passo que o número de casos novos que ingressou em 2025 (723.626) foi 11,41% superior ao que ingressou em 2024 (651.758). Embora o TJCE tenha baixado mais processos do que recebeu ao longo do ano, o IAD não atingiu a meta estipulada de 105,56%, alcançando percentual de realização de 96,29% do indicador no PPA. Isso ocorreu porque o crescimento anual dos casos novos superou o crescimento das baixas, impactando o desempenho do indicador no acumulado de 2025, de 101,64%.

No entanto, o CNJ orienta manter o indicador acima de 100% a fim de evitar o crescimento do acervo e, com isso, estabilizar ou reduzir a Taxa de Congestionamento (TC), outro indicador de desempenho que mede a efetividade na solução de processos, indicando a capacidade do tribunal de dar vazão à demanda. Vale ressaltar que à medida que o estoque remanescente passa a ser composto por processos de maior complexidade e maior tempo de decisão, a TC tende a apresentar redução mais lenta, estabilização ou até mesmo aumento, mesmo com manutenção de IAD superior a 100%. E embora o TJCE mantenha ritmo crescente de produtividade, não houve respectivo aumento na capacidade produtiva, além disso, nem todo o acervo pode ser baixado no próprio ano, devido ao cumprimento de prazos legais e processuais, especialmente no caso de processos distribuídos no final do exercício de 2025, que naturalmente permanecem em tramitação.

Desse modo, frente ao cenário de um acervo processual volumoso e da necessidade de elevar a produtividade, diversas ações contribuíram para o desempenho no IAD apresentado pelo TJCE em 2025. Medidas como a realização da Semana de Baixas Processuais, a criação de novas unidades judiciárias, o estabelecimento das metas da GAM, a expansão do Nupaci para o interior e a disponibilização de painéis de BI no segundo semestre de 2025 atuaram diretamente na melhoria da gestão e do planejamento interno. Essas iniciativas aprimoraram o monitoramento dos resultados e estimularam o cumprimento das metas institucionais, impactando no desempenho do indicador, ainda que a meta final não tenha sido plenamente alcançada devido ao crescimento superior dos casos novos no período.

No que diz respeito ao indicador “*Índice de satisfação da sociedade com a atuação do Poder Judiciário estadual*”, este mensura a satisfação da sociedade através da aplicação de questionários em pesquisa realizada com jurisdicionados e sociedade com posterior análise Quali-Quanti das respostas obtidas, cujos formulários apresentaram perguntas objetivas sobre a atuação do Judiciário estadual, avaliando os seguintes temas/eixos: Acessibilidade, Atendimento prestado, Prestação de serviços, Uso da tecnologia da informação, Comunicação com a sociedade, Transparência nas informações e Infraestrutura dos prédios.

Em relação aos resultados do indicador, destaca-se que em 2025 o indicador alcançou o patamar de 73,97%, superando a meta definida para 2025, de 66%. Apesar de atingir a meta, pode-se identificar uma discreta queda de 0,5% na satisfação se comparado ao resultado de 2024 (74,47%). Porém, pode-se considerar pela pequena diferença, praticamente uma estabilidade no resultado.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Destaca-se que alguns eixos ainda apresentaram crescimento na satisfação se comparados ao ano anterior, como é o caso do eixo de Atendimento com 87,72% em 2024 e 89,16% em 2025; Infraestrutura com 67,23% em 2024 e 71,06% em 2025; e Acessibilidade com 72,06% em 2024 e 72,95% em 2025. Destaca-se, ainda, o aumento na quantidade de respondentes em 2025 (1.797) em relação a 2024 (1.555), aumentando a representatividade.

O Tribunal de Justiça do Ceará desenvolveu, em 2025, um conjunto amplo de ações alinhadas aos eixos da Pesquisa de Satisfação. As principais entregas planejadas ou executadas por eixo do indicador foram:

1- Acessibilidade: Incorporação de novos recursos ao aplicativo TJCE Mobile, ampliando a inclusão digital para pessoas com deficiência, e distribuídas cadeiras de rodas para todas as comarcas, fortalecendo a acessibilidade física nas unidades judiciárias.

2- Atendimento prestado: Expressivo avanço com a implantação de nove novos Centros de Atendimento ao Jurisdicionado, a ampliação dos Postos de Inclusão Digital, a criação da Central de Certidões Unificada e a centralização de diversos serviços na CAJ, permitindo atendimento mais integrado, humanizado e eficiente. A modernização do aplicativo TJCE Mobile agregou funcionalidades relevantes, como autorizações de viagem automatizadas, consultas processuais completas e avaliação contínua dos serviços.

3- Prestação de serviços: O Tribunal estruturou quatro Núcleos de Combate à Violência Doméstica em municípios estratégicos e expandiu significativamente o uso do PJe, adotando novos fluxos processuais e versão nacional atualizada, contribuindo para maior celeridade e padronização.

4- Uso da tecnologia da informação: Destacou-se a modernização da infraestrutura, com implantação de servidores de hiperconvergência, novos equipamentos na sede judiciária, instalação de firewalls e adoção de soluções de inteligência artificial para automatizar análises, rotinas e fluxos processuais. Também foram entregues 37 robôs destinados a atividades judiciais e administrativas, reduzindo tarefas repetitivas.

5- Comunicação com a sociedade: o TJCE ampliou sua presença e transparência por meio da simplificação de documentos, do *hotsite* dedicado ao Caso Curió, do projeto Foca no Direito e de campanhas voltadas à inclusão, proteção de direitos e diálogo social, como Dignidade 60+, Justiça por Elas, além de ações temáticas nas redes sociais.

6- Transparência nas informações: O Tribunal manteve elevado nível de conformidade com o Ranking do CNJ, garantindo atualização contínua do Portal da Transparência, oferta de bases de dados abertas, publicação de informações sobre pessoal, licitações, contratos, participação social e relatórios da Lei de Acesso à Informação.

7- Infraestrutura dos prédios: Foram implementadas ações de eficiência energética, como instalação de placas solares, inventário de emissões, substituição de aparelhos e lâmpadas, além de compostagem e reciclagem. O TJCE concluiu reformas e novas obras e apresentou planejamento robusto para 2025-2027, incluindo a construção de onze fóruns e a reforma de dezenove unidades, com investimento estimado em mais de duzentos milhões de reais.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Na Tabela 2 são apresentadas informações referentes ao desempenho físico das entregas do programa finalístico em 2025.

Tabela 2 - Desempenho físico das Entregas do Programa.

PROGRAMA 192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL								
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.								
Objetivo específico	Entrega	Unidade	Meta física programada para 2025	Realizado em 2025	% Execução Física	Loa + créditos 2025	Empenhado 2025	% Execução orçamentária - financeira
192.1 - Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade	1888 - AGENTE PÚBLICO CAPACITADO	Unidade	2.186,00	3.218,00	147,21	3.206.322,00	2.599.710,41	81,08
	1898 - UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA	Unidade	124,00	119,00	95,97	32.094.339,68	21.484.934,48	66,94
	1899 - UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA	Unidade	270,00	270,00	100,00	1.900.732.088,85	1.879.505.822,02	98,88
	1900 - SERVIÇO OFERTADO	Unidade	521.157,00	589.379,00	113,09	66.711.837,00	63.157.393,67	94,67
	2057 - UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA	Unidade	8,00	1,00	12,50	9.547.567,54	7.885.683,47	82,59
192.2 - Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação	1901- SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	25,00	32,00	128,00	18.533.190,99	17.912.245,79	96,65



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

o digital.								
192.3 - Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação o digital.	1901-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA	Unidade	1,00	2,00	200,00	23.984.169,30	23.137.066,14	96,47
	1902-CURSO OFERTADO	Unidade	100,00	235,00	235,00	2.171.261,71	2.171.261,71	100,00

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2025).

O programa *EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL*, cujo público-alvo consiste nas partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral, tem como objetivos específicos e respectivas entregas ofertadas para o público-alvo: 1) **Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade** (AGENTE PÚBLICO CAPACITADO; UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA; UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA; SERVIÇO OFERTADO; e UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA); 2) **Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação digital** (SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA); e 3) **Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital** (SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA e CURSO OFERTADO).

De janeiro a dezembro de 2025, o Programa apresentou R\$ 2.017.854.117,69 de recursos aplicados na oferta das seguintes entregas, cujos desempenhos foram: 1-AGENTE PÚBLICO CAPACITADO: os cursos de capacitação realizados contribuíram para capacitar 3.218 servidores e magistrados com um total de R\$ 2.599.710,41 de recursos empenhados, com realização de 147,21% de execução física e de 81,08% de execução financeira; 2-UNIDADE JUDICIÁRIA ESTRUTURADA: 119 unidades judiciárias estruturadas com um total de R\$ 21.484.934,48 de recursos empenhados, com realização de 95,97% de execução física e de 66,94% de execução financeira; 3-UNIDADE JUDICIÁRIA MANTIDA: todas as iniciativas realizadas contribuíram para manter 270 unidades judiciárias com um total de R\$1.879.505.822,02 de recursos empenhados, com realização de 100% de execução física e de 98,88% de execução financeira; 4-SERVIÇO OFERTADO: foram 589.379 serviços cartorários gratuitos em todo o Estado com um total de R\$ 63.157.393,67 de recursos empenhados, obtendo-se realização de 113,09% de execução física e de 94,67% de execução 5-UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA: houve 1 entrega concluída, com um total de R\$ 7.885.683,47 de recursos empenhados, com realização de 12,50% de execução física e de 82,59% de execução financeira; financeira; 6-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA para aprimorar os serviços judiciais ofertados teve execução física de 32 entregas com um total de R\$ 17.912.245,79 de recursos empenhados, obtendo-se realização de 128% de execução física



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

e de 96,65% de execução financeira; 7-SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA para fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário apresentou execução física de 2 soluções entregues com um total de R\$ 23.137.066,14 de recursos empenhados aplicados, obtendo-se realização de 200% de execução física e de 96,47% de execução financeira; e 8-CURSO OFERTADO: houve a entrega de 235 cursos em transformação digital com um total de R\$ 2.171.261,71 de recursos empenhados aplicados, obtendo-se 235% de execução física e 100% de execução financeira.

É oportuno destacar que, entre as realizações das entregas de *SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA*, importante entrega que também compõe o processo de transformação digital do TJCE por meio da execução do Programa de Modernização do Judiciário (Promojud), estão 24 robôs desenvolvidos (Robô Certificar decurso de prazo; Robô Comunicação Automática SEEU; Robô Juntada e Implantação SEEU; Robô Redistribuição SEJUD 2º Grau; Robô Protocolar SISBAJUD - Competência Cível; Robô Intimação por Sistema - Contrarrazões; Robô Redistribuição Novas Câmaras; Robô Selecionar Central de Mandados no PJE - NUPACI E SEJUD Cariri; Robô Autorização de Viagens; e Robô Citação / Ciência / Intimação Pessoal por Domicílio Judicial Eletrônico; Robô Redistribuição entre regimes na mesma unidade no SEEU; Robô Resposta SISBAJUD; Robô Cadastro e Distribuição SEEU; Robô Realização automática de expedientes em lote; Robô Expedição de Certidão de Antecedentes Penais no PJE; Robô Identificar prioridade tramitação por idade e retificar autuação; e Robô Intimação por Sistema - Ciência - PJESG; Robô Realizar Triagem Inicial no PJE; Robô Intimação para Comunicações; Robô Minutar Ato Judicial; Robô Movimentação para Elaborar Cálculos no PJe; Robô Remessa de Ofícios pelo Sistema ou CEMAM - PJe 1º e 2º graus; Robô Expedição de Ato Ordinário em Tarefas de Cálculo; e Robô Movimentar processos a partir da tarefa [SEC] - Expedientes); 05 ferramentas de inteligência artificial (IA) desenvolvidas (Piloto Classificador de assuntos e de Petição Inicial; Piloto Classificador Binário de Documentos; Tradução Simultânea; Prescrição Intercorrente (fluxo extrajudicial); e Alteração de Imagem e Voz); 1 Solução tecnológica de Serviços Integrados para Solução de Colaboração; 1 Solução tecnológica de armazenamento - Switch; 1 Sistema de Busca por Jurisprudências (SJURIS), que possui funcionalidades que permitem consultas de acórdãos e decisões monocráticas, contendo uma base de dados composta por decisões colegiadas (2º grau e Turmas Recursais) do Pje; Implantação de solução tecnológica para os Selos 02 - Reconhecimento de Firma / 03 - Autenticação; e Desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão de Arrecadação (SGA) e sua integração com o sistema judicial Pje para os fluxos de processos do 1º grau.

De uma forma geral, o desempenho físico-financeiro das entregas vinculadas aos objetivos específicos **"Aprimorar os serviços judiciais ofertados, por meio da transformação digital"** e **"Fortalecer a governança e a gestão do Poder Judiciário, por meio da transformação digital"** se mostrou satisfatório no ano de 2025. Quanto às demais entregas vinculadas ao objetivo específico **"Prestar serviços judiciais e extrajudiciais efetivos, de qualidade e com celeridade"**, estas também se mostraram satisfatórias no período, a despeito de haver uma única entrega (UNIDADE JUDICIÁRIA IMPLANTADA) que apresentou execução física bem abaixo da meta estipulada tendo em vista alguns problemas técnicos que ocasionaram atrasos nas obras, porém sua respectiva execução financeira está



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

ocorrendo a contento para ações referentes a obras de construção de fóruns em andamento. Portanto, o desempenho do programa EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL de uma forma geral vem se mostrando satisfatório no período, com bom progresso de execução física-financeira das entregas, contribuindo para o alcance dos objetivos específicos do programa.

Dando continuidade à análise, nas Tabelas 4 e 5 são evidenciados o desempenho orçamentário e financeiro do programa por Órgão Executor e por Fonte de Recursos durante o exercício de 2025.

Tabela 4 - Desempenho Orçamentário/Financeiro do Programa (por Órgão Executor).

PROGRAMA 192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL						
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.						
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)						
Órgão Executor	Descrição	Lei+Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
TJ	TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.695.184.334,82	1.692.095.368,61	1.687.279.403,59	99,82	99,53
FERMOJU	FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	329.199.505,25	298.104.701,70	222.379.320,37	90,55	67,55
FUNSEG	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	12.106.936,00	10.099.187,18	8.724.274,11	83,42	72,06
FECDOJ	FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	20.490.001,00	17.554.860,20	17.554.860,20	85,68	85,68
TOTAL		2.056.980.777,07	2.017.854.117,69	1.935.937.858,27	98,10	94,12

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2025).



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Tabela 5 - Desempenho Orçamentário/Financeiro dos Programas (por Fonte de Recursos).

PROGRAMA 192 - EXCELÊNCIA NO DESEMPENHO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL					
Público-alvo: Partes nos processos judiciais, advogados, defensores públicos, promotores, procuradores, órgãos do sistema de Justiça e sociedade em geral.					
Execução orçamentária/financeira (por Órgão Executor)					
Fonte	Lei+Créditos (A)	Empenhado (B)	Pago (C)	% Empenho (B/A)	% Pago (C/A)
754 – RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	34.989.991,00	33.886.548,27	32.296.812,20	96,85	92,30
756 - RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	722.911,00	0,00	0,00	0,00	0,00
500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1.674.425.962,82	1.670.861.214,22	1.667.634.985,27	99,79	99,59
759 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS	346.841.912,25	313.106.355,20	236.006.060,80	90,27	68,04
TOTAL	2.056.980.777,07	2.017.854.117,69	1.935.937.858,27	98,10	94,12

Fonte: SEPLAG/SPG (Relatório Espelho do Programa do PPA 2024-2027 – Período: janeiro-dezembro de 2025).

É possível verificar que, no geral, em 2025, houve um bom desempenho do Programa 512, em termos de execução orçamentário-financeira, chegando a alcançar um patamar global de execução superior a 95% do orçamento autorizado para o Programa. Do mesmo modo, os órgãos executores do programa também apresentaram desempenho satisfatório, especialmente TJ, FECDOJ e FERMOJU, cujos percentuais de execução orçamentário-financeira ultrapassaram ou se aproximaram dos 90% do orçamento aprovado, contribuindo, positivamente, para a execução do referido programa. Destaca-se que a execução orçamentária do órgão executor FERMOJU foi alavancada principalmente pela execução do custeio de manutenção que engloba os contratos de serviços continuados (cerca de R\$ 269.071.087,08) e de investimentos realizados em tecnologia da informação (infraestrutura e segurança), e na execução do Plano de Obras do Tribunal de Justiça (reformas, ampliações e construção de fóruns), que somaram R\$ 29.033.614,62 de recursos empenhados.

Observa-se ainda que o FUNSEG, embora tenha apresentado execução orçamentário-



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

financeira num patamar um pouco abaixo das outras fontes, evidenciou melhora de sua execução em 2025, alavancando o percentual de recursos empenhados para 83,42%, representando um aumento de 111,46% em relação à 2024. Isso se deu, especialmente, a partir do avanço da implementação do projeto setorial de “*Fortalecimento da segurança pessoal e física do Poder Judiciário*”, que contribuiu para alavancar e otimizar a execução orçamentária do FUNSEG, considerando o objetivo estratégico de promover estrutura física segura, acessível, sustentável e flexível – Plano Estratégico 2030. Entre as contratações previstas no escopo do projeto que começaram a ser executadas destacam-se os serviços de segurança armada, locação de pórticos detectores de metais, catracas eletrônicas e de *scanners* de bagagens do tipo raio-x.

No que diz respeito às Fontes de Recursos, destaca-se que as fontes “756 - *RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA*”, “500 - *RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS*”, 754 – *RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO*” e “759 - *RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS*” também apresentaram desempenho satisfatório, contribuindo, de forma positiva, para a execução do referido programa. Destaca-se que a fonte “754 – *RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO*”, na qual são executadas as contratações dos projetos do Promojud, apresentou um percentual 16,16% inferior de execução em 2025 comparativamente a 2024, tendo em vista que 2025 foi o penúltimo ano de execução do Promojud, cujo repasse dos recursos de financiamento tendem a diminuir ao longo do tempo dado o escopo e maturidade do planejamento do programa. Apesar disso, em 2025 a execução na fonte de recursos de operações de crédito corroborou com os bons resultados apresentados das entregas de SOLUÇÃO TECNOLÓGICA IMPLANTADA, conforme reportado acima.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará é composto de 04 unidades orçamentárias em sua estrutura, que são:

- Tribunal de Justiça - CNPJ 09.444.530./0001-01;
- Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU – CNPJ 41.655.846/0001-47;
- Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG - CNPJ 16.368.546/0001-30; e
- Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

– FECDOJ – CNPJ 28.686.205/0001-91.

Tabela 01 - Execução Orçamentária 2025 – Tribunal de Justiça.

ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2025 LEI Nº 19.154, de 23/12/2024 Consolidado por Órgão							Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO	
Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago		
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.194.969.562,00	2.280.561.830,16	2.276.487.189,25	2.270.080.865,42	99,82	99,54		
04200001 FUNDO ESPECIAL DE REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	435.437.516,00	435.437.516,00	400.804.407,30	310.467.016,81	92,05	71,30		
04200003 FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS	10.737.526,00	13.337.526,00	10.234.386,33	8.835.453,74	76,73	66,25		
04200004 FUNDO ESPECIAL DE CUSTEIO DAS DESPESAS COM DILIGÊNCIAS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	20.490.001,00	20.490.001,00	17.554.860,20	17.554.860,20	85,68	85,68		
Total Geral	2.661.634.605,00	2.749.826.873,16	2.705.080.843,08	2.606.938.196,17	98,37	94,80		

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Cada um desses órgãos possui orçamento e execução orçamentária e financeira distintos, apresentando o Tribunal de Justiça a seguinte execução orçamentária em 2025:

Tabela 02 - Execução Orçamentária 2025 – Tribunal de Justiça.

ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2025 LEI Nº 19.154, de 23/12/2024 Consolidado por Órgão e Grupo de Despesa							Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO	
Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago		
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.194.969.562,00	2.280.561.830,16	2.276.487.189,25	2.270.080.865,42	99,82	99,54		
31 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.650.182.946,00	1.612.138.719,25	1.611.372.360,48	1.607.244.053,70	99,95	99,70		
33 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	542.195.509,00	660.372.502,07	658.158.329,46	656.505.611,91	99,66	99,41		
44 INVESTIMENTOS	2.591.107,00	8.050.608,84	6.956.499,31	6.331.199,81	86,41	78,64		
Total Geral	2.194.969.562,00	2.280.561.830,16	2.276.487.189,25	2.270.080.865,42	99,82	99,54		

taria de Finanças do TJCE

O Tribunal de Justiça, dentro desta quádrupla estrutura orçamentária e financeira, é o órgão gestor dos recursos oriundos do Tesouro Estadual do Ceará. Seu principal Grupo de Despesa é o Pessoal e Encargos Sociais, cuja execução, em 2025, representou 99,95% dos recursos disponíveis, sendo assim distribuídos:

Tabela 03 – Execução Orçamentária 2025 – Tribunal de Justiça – Pessoal e Encargos Sociais.

ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2025 LEI Nº 19.154, de 23/12/2024 Consolidado por Órgão e Elemento							Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO	
Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago		
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.650.182.946,00	1.612.138.719,25	1.611.372.360,48	1.607.244.053,70	99,95	99,70		
03 PENSÕES	3.143.886,00	3.233.886,00	3.224.419,69	3.224.419,69	99,71	99,71		
07 CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	2.167.982,00	3.040.965,38	2.935.829,93	2.935.829,93	96,54	96,54		
11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.307.528.157,00	1.294.951.587,54	1.294.864.427,25	1.293.753.952,44	99,99	99,91		
12 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	8.095.936,00	7.935.936,00	7.886.668,78	7.886.668,78	99,38	99,38		
13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	270.493.369,00	283.786.677,06	283.375.384,98	281.074.728,96	99,86	99,04		
16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	46.487.124,00	11.180.563,31	11.179.873,24	11.179.873,24	99,99	99,99		
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	11.169.303,00	5.091.501,19	5.003.435,51	5.003.435,51	98,27	98,27		
96 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	1.097.189,00	2.917.602,77	2.902.321,10	2.185.145,15	99,48	74,90		

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Relativamente ao Grupo de Despesa Outras Despesas Correntes, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 04 – Execução Orçamentária 2025 – Tribunal de Justiça – Outras Despesas Correntes.

ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2025 LEI Nº 19.154, de 23/12/2024 Consolidado por Órgão e Elemento							Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO	
Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago		
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	542.195.509,00	660.372.502,07	658.158.329,46	656.505.611,91	99,66	99,41		
08 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR OU DO MILITAR	159.539.378,00	171.314.928,96	171.028.393,93	170.991.950,33	99,83	99,81		
14 DIÁRIAS - CIVIL	5.966.393,00	4.535.545,08	4.535.545,08	4.535.545,08	100,00	100,00		
15 DIÁRIAS - MILITAR	423.925,00	292.051,41	292.051,41	292.051,41	100,00	100,00		
33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	131.000,00	25.000,00	25.000,00	22.760,23	100,00	91,04		
35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	5.826.376,00	4.604.548,51	4.604.548,51	3.895.765,10	100,00	84,61		
37 LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	20.000,00	4.295.514,04	4.295.514,00	3.822.499,48	100,00	88,99		
39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.206.083,00	2.286.600,71	2.286.600,71	2.244.613,72	100,00	98,16		
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	9.362.486,00	18.456.632,07	18.456.632,07	18.086.982,38	100,00	98,00		
46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	163.885.938,00	141.495.006,22	140.767.573,97	140.767.573,97	99,49	99,49		
47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.000,00	222.761,04	220.600,80	200.001,73	99,03	89,78		
91 SENTENÇAS JUDICIAIS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.733.167,00	2.062.363,20	1.910.184,20	1.910.184,20	92,62	92,62		
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	190.097.763,00	310.781.550,83	309.735.684,78	309.735.684,28	99,66	99,66		

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Relativamente ao Grupo de Despesa Investimentos, tem-se o seguinte detalhamento:

Tabela 05 – Execução Orçamentária 2025 – Tribunal de Justiça – Investimentos.

ESTADO DO CEARÁ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2025 LEI Nº 19.154, de 23/12/2024 Consolidado por Órgão e Elemento							Acumulado até: DEZEMBRO PERCENTUAL S/ AUTORIZADO	
Código Descrição	Lei	Lei + Cred.	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago		
04000000 TRIBUNAL DE JUSTIÇA	2.591.107,00	8.050.608,84	6.956.499,31	6.331.199,81	86,41	78,64		
40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	1.438.030,00	288.122,34	288.122,34	288.122,34	100,00	100,00		
52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.153.077,00	625.299,50	625.299,50	0,00	100,00	0,00		
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	7.137.187,00	6.043.077,47	6.043.077,47	84,67	84,67		

Fonte: Secretaria de Finanças do TJCE

Convém destacar, quanto à despesa com pessoal, no exercício sob comento, a manutenção da preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo sido executado um montante que representa 4,08% da RCL, estando, pois, abaixo do limite de alerta de 5,40% e do limite prudencial de 5,70%, previstos na Lei Complementar nº 101/2000.

No que tange aos assentamentos patrimoniais e contábeis constam identificadas divergências de registros, em processo de saneamento, conforme detalhado nas Nota Explicativas às Demonstrações Contábeis. Tais divergências devem ser compreendidas no contexto de ajustamento patrimonial conduzido pelo TJCE, que envolveu inventário geral, conciliação físico-contábil, reavaliação de bens, revisão de parâmetros lógicos do sistema, atualização normativa e estruturação de medidas de governança patrimonial.

O saneamento das diferenças patrimoniais vem sendo tratado pela Administração como



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

medida estruturante e plurianual, inclusive no âmbito do Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) em tramitação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará. As divergências remanescentes possuem natureza formal, lógica, temporal ou contábil, não havendo, no atual estágio, elementos que indiquem dano ao erário, desaparecimento de bens ou ausência de controle patrimonial.



TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS

O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), no exercício de 2025, não recebeu nenhum recurso por transferências mediante convênios, acordos, ajustes, termos de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição. Mantem o convênio com o Conselho de Presidentes dos Tribunais Justiça (CV SN-2022), que prevê na Clausula Terceira que o TJCE pagará anualmente a importância de R\$ 60 Mil reais correspondentes à contribuição para o custeio das despesas do CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, realizando o repasse da importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), em 19.11.2025 conforme processo administrativo nº 8530034-72.2025.8.06.0000.

GOVERNANÇA, SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, GESTÃO DE RISCOS E TRANSPARÊNCIA

GOVERNANÇA

A Secretaria de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), foi instituída pela Resolução do Tribunal Pleno Nº 02/2025, e com a incumbência de fazer a articulação institucional das demais secretarias administrativas (Gestão de Pessoas, Finanças, Administração e Infraestrutura e Tecnologia da Informação). Ao longo do exercício de 2025, a referida Secretaria atuou de maneira sistemática na implantação, avaliação e fortalecimento das práticas de governança no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), coordenando a Rede de Governança Institucional, instituída pela Resolução nº 12/2022.

No âmbito dessa atuação, a Secretaria exerceu a coordenação técnica das unidades integrantes da Rede de Governança, abrangendo 15 unidades das áreas administrativa e judiciária, promovendo a integração entre as unidades setoriais. Adicionalmente, foi realizada orientação contínua às unidades quanto às suas atribuições, responsabilidades e boas práticas de governança, consolidando o papel da Secretaria.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça



Em 2025, destacou-se a elaboração do Diagnóstico de Maturidade em Governança, estruturado com base em um modelo de maturidade baseado em 10 práticas de governança. Para a operacionalização do diagnóstico, foi elaborado e aplicado questionário padronizado, contendo 52 questões, o qual subsidiou a coleta de informações. Ademais, foram realizadas reuniões técnicas com todas as unidades, com a finalidade de prestar esclarecimentos, validar as informações apresentadas e contextualizar as respostas obtidas.

A partir das informações coletadas, procedeu-se à avaliação das práticas de governança, mediante análise das evidências apresentadas pelas unidades, com a consequente atribuição de notas e classificação dos níveis de maturidade (Inicial, Básico, Intermediário e Avançado). Os resultados foram consolidados por unidade, por área (administrativa e judiciária) e por prática avaliada, permitindo uma visão abrangente do nível de maturidade da governança institucional no âmbito do Tribunal.

No contexto da análise realizada, foi realizado o mapeamento das boas práticas existentes, com destaque para unidades de maior maturidade, e a identificação de fragilidades estruturais, como: insuficiência de pessoal, a necessidade de capacitação em governança, a baixa sistematização de processos, indicadores e controles, bem como o registro de atividades alheias à governança, as quais geram sobrecarga e desviam o foco das atribuições institucionais.

Com base nos resultados do diagnóstico, a Secretaria de Governança Institucional apoiou as unidades na definição de metas de maturidade para cada prática avaliada, bem como prestou orientação para a elaboração de planos de melhoria, com priorização das práticas consideradas críticas. Nesse contexto, foram indicadas ações estruturantes voltadas à evolução gradual da governança institucional.

Por fim, procedeu-se à sistematização e consolidação de todos os dados coletados e analisados, culminando na elaboração do Relatório de Resultados Gerais da Rede de Governança, documento que contempla análises comparativas, rankings por prática e considerações estratégicas, disponibilizando informações relevantes para subsidiar a tomada de decisão pela Alta Administração.



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

Dessa forma, verifica-se que, no exercício de 2025, a Secretaria de Governança Institucional atuou de forma estruturante ao implantar um processo institucional de diagnóstico, avaliação e orientação da governança, criando uma base técnica sólida para o aprimoramento contínuo da gestão e da governança no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.



Em complemento às práticas de governança institucional apresentadas neste Relatório de Gestão, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará mantém mecanismos de controle voltados ao fortalecimento da conformidade, da integridade, da gestão de riscos e da transparência administrativa. Esses mecanismos estão estruturados por meio do Sistema de Controle Interno, da Política de Gestão de Riscos e das ações de transparência institucional, contribuindo para o monitoramento dos processos, a prevenção de irregularidades, o aperfeiçoamento da gestão e a prestação de contas à sociedade.

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) contribui para o fortalecimento da governança institucional, promovendo a transparência, a integridade, a conformidade e a eficiência da gestão administrativa. Sua estrutura foi definida pela Lei Estadual nº 18.561, de 6 de novembro de 2023, e regulamentada pela Resolução do Tribunal Pleno nº 04/2026, com base no modelo das Três Linhas.

Nesse modelo, a Primeira Linha é responsável pela execução das atividades e pela implementação e manutenção dos controles internos em seus processos de trabalho. A Segunda Linha exerce funções de orientação, supervisão, monitoramento e suporte às unidades da Primeira Linha, promovendo a padronização de procedimentos e o fortalecimento da gestão de riscos e dos controles internos. A Terceira Linha, representada pela Auditoria Interna, atua de forma independente e objetiva, avaliando a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos exercidos pelas duas primeiras linhas.

Sua organização, competências e funcionamento estão disciplinados, principalmente, pela Resolução nº 04/2026, que organiza o sistema com base no modelo das três linhas, alinhado às melhores



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

práticas internacionais de controle interno e gestão de riscos, e amplamente reconhecido pelo Institute of Internal Auditors (IIA), em que sua composição está disposto no art. 6º da referida Resolução:

*Art. 6º Integram a estrutura do Sistema de Controle Interno do PJCE:
I - Primeira Linha: todos que executam atividades e tarefas operacionais e unidades de controle interno setoriais; II - Segunda Linha: exercida pela Secretaria de Governança Institucional e seu Núcleo de Controle Interno Institucional; e III - Terceira Linha: exercida pela Secretaria de Auditoria Interna.*

A Primeira Linha compreende todas as unidades administrativas responsáveis pela execução das atividades e pela implementação dos controles internos, abrangendo os agentes que desempenham funções operacionais e de gestão, bem como as unidades de controle interno setoriais.

Compete à Primeira Linha:

- a) implementar e manter controles internos;
- b) gerenciar riscos operacionais;
- c) assegurar a conformidade com normas e metas institucionais;
- d) alimentar sistemas de transparência e prestação de contas.

A Segunda Linha é exercida pela Secretaria de Governança Institucional, por meio do Núcleo de Controle Interno Institucional, sendo responsável por apoiar, monitorar e supervisionar a gestão de riscos e a efetividade dos controles internos adotados pela Primeira Linha.

São atribuições da Segunda Linha:

- a) definir metodologias e diretrizes de controle interno;
- b) monitorar riscos e conformidade;
- c) consolidar informações gerenciais para a alta administração;
- d) promover a cultura de integridade e transparência.

Destacam-se, no âmbito dessa estrutura, a atuação da Coordenadoria de Conformidade e da Coordenadoria de Riscos e Transparência, unidades estratégicas para o fortalecimento da governança institucional.

A Terceira Linha é representada pela Secretaria de Auditoria Interna, que atua de forma independente e objetiva, com a finalidade de agregar valor às operações institucionais e contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais.

Compete à Terceira Linha:



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

- a) avaliar a eficácia dos controles internos;
- b) examinar os processos de governança e gestão de riscos;
- c) apoiar a melhoria contínua dos processos institucionais.

No âmbito da Terceira Linha de Defesa, a Secretaria de Auditoria Interna atua de forma independente e objetiva na avaliação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos do Tribunal. As informações relativas às suas atividades são divulgadas por meio dos instrumentos de planejamento e prestação de contas disponibilizados no Portal da Transparência do TJCE, incluindo o Plano Anual de Auditoria (PAA) e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT).

O relacionamento entre as três linhas de defesa está disciplinado no art. 15 da Resolução nº 04/2026, que assegura a atuação integrada e coordenada entre as estruturas envolvidas. São estabelecidos os seguintes mecanismos de coordenação:

- I - realização de reuniões periódicas de alinhamento;
- II - intercâmbio contínuo de informações relevantes;
- III - elaboração conjunta de planos de ação e melhoria;
- IV - reporte tempestivo de não conformidades.

Em atendimento ao referido normativo, ao longo do exercício de 2025 foram realizadas reuniões periódicas, com frequência semanal, por meio da plataforma Microsoft Teams, envolvendo representantes da Primeira e da Segunda Linhas de Defesa. Tais encontros tiveram por finalidade promover o alinhamento institucional, acompanhar a implementação das ações relacionadas ao controle interno, à gestão de riscos e à conformidade.

Adicionalmente, foram realizadas reuniões quinzenais entre representantes da Segunda e da Terceira Linhas de Defesa, com o objetivo de fortalecer a comunicação institucional, promover o intercâmbio de informações relevantes, acompanhar ações de interesse comum e contribuir para o aperfeiçoamento contínuo dos mecanismos de controle, gestão de riscos e governança.

O Sistema de Controle Interno também promoveu encontros ao longo do exercício de 2025, destacando-se o primeiro encontro presencial, realizado em fevereiro de 2025, com o objetivo de avaliar as ações executadas no exercício anterior, apresentar as alterações estruturais nas unidades de controle das secretarias e divulgar o Plano Anual de Auditoria para 2025.



Sistema de Controle Interno do TJCE realiza sua primeira reunião de 2025

Fonte: Portal do TJCE. Disponível em: <https://www.tjce.jus.br/noticias/sistema-de-controle-interno-do-tjce-realiza-sua-primeira-reuniao-de-2025/>

GESTÃO DE RISCOS

No âmbito da Segunda Linha do Sistema de Controle Interno, exercida pela Secretaria de Governança Institucional (SEGOV), foram desenvolvidas ações voltadas ao fortalecimento da gestão de riscos e da transparência institucional, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Política de Gestão de Riscos e nos normativos internos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

No exercício de 2025, destacaram-se avanços significativos no fortalecimento da gestão de riscos, com a revisão do Manual de Gestão de Riscos, adequando-o à reestruturação administrativa promovida pela Resolução nº 02/2025, bem como a implantação da metodologia da gestão de riscos, alinhada às melhores práticas de governança pública.

Como parte das ações de fortalecimento dessa gestão de riscos, foram promovidas capacitações voltadas às unidades de controle interno e às unidades gestoras, realizadas entre os meses de setembro e novembro de 2025, totalizando 163 servidores capacitados. Essas ações contribuíram para o aprimoramento da identificação, análise e tratamento de riscos no âmbito institucional.

No mesmo período, procedeu-se à validação dos Planos de Riscos pelos gestores das unidades, resultando no levantamento de 558 riscos, sendo 146 classificados como estratégicos e 408 como operacionais. Na sequência, foram consolidadas as matrizes de riscos e elaborados os respectivos planos de tratamento, no período de novembro a dezembro de 2025, evidenciando a maturidade crescente do



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

modelo de gestão adotado.

TRANSPARÊNCIA

Destaca-se, no campo da transparência, a conquista do Selo Diamante de Transparência Pública, nível máximo de certificação concedido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), no âmbito do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTTP), pelo segundo ano consecutivo.

O reconhecimento reflete o elevado desempenho do Tribunal, cujo portal institucional atingiu índice de 95,46% de transparência ativa, evidenciando o compromisso com a publicidade, a clareza das informações, a acessibilidade dos dados e o cumprimento dos normativos legais, especialmente aqueles relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Lei de Acesso à Informação.



TJCE conquista Selo Diamante de Transparência Pública

Fonte: Portal do TJCE. Disponível em: <https://www.tjce.jus.br/noticias/tjce-conquista-selo-diamante-de-transparencia-publica/>

Outro resultado expressivo alcançado pelo Tribunal foi o atendimento de 95,31% dos critérios no Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), evidenciando o compromisso institucional com a publicidade, acessibilidade das informações e controle social.

Adicionalmente, foi promovida a publicação do fluxo de acompanhamento dos indicadores relacionados ao Ranking da Transparência e ao PNTTP, conferindo maior rastreabilidade aos processos de monitoramento e melhoria contínua dos índices de transparência institucional.

Dessa forma, verifica-se que os mecanismos de controle interno, gestão de riscos e



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça

transparência adotados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará contribuíram para o fortalecimento da governança institucional, da conformidade, da integridade e da accountability, promovendo maior segurança na tomada de decisões, melhoria contínua dos processos administrativos e ampliação da transparência perante a sociedade.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

Rafaella Lopes Ferreira
Secretária de Governança Institucional



Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – Tribunal de Justiça